PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

DANIEL ILIRIAN CARVALHO

O surgimento do PC do B na crise do comunismo brasileiro entre 1954 a 1962

MESTRADO EM HISTÓRIA

São Paulo 2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Daniel Ilirian Carvalho

O surgimento do PC do B na crise do comunismo brasileiro entre 1954 a 1962

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em __História_____ sob a orientação da Prof.(a) Doutor(a)___Vera Lúcia Vieira_____

São Paulo
2010

Banca Examinadora:

Dedico esta pesquisa à memória de João Amazonas.

Resumo

Esta dissertação de mestrado trata da divisão do PCB ocorrida no início dos anos 60, quando surgiu o PC do B em contraponto àquela primeira organização. Para realizar esta pesquisa, foram utilizados os documentos oficiais do PCB, que consistem nas *Teses para discussão, e os artigos produzidos* pelos dirigentes comunistas, publicados no jornal comunista *Novos Rumos,* durante o V Congresso realizado em 1960; a *Declaração de Março,* produzida e publicada pelo PCB em 1958, e o *Manifesto Programa,* produzido e publicado pelos dissidentes que formaram o PC do B em fevereiro de 1962.

Para trabalhar a documentação, buscou-se extrair suas temáticas mais recorrentes, não se atribuindo às informações significados definidos a priori, mas respeitando-se a lógica que conduziu os debates naquele momento, compreendendo de maneira mais precisa o contexto histórico.

O objetivo da pesquisa foi analisar as divergências e as circunstâncias que levaram à ruptura do Partido Comunista, considerando as proposições contidas no debate entre os seus dirigentes. Tais debates disseram respeito principalmente ao entendimento sobre a política de desenvolvimentismo nacionalista que permeou o governo de Juscelino Kubitschek, bem como as relações do Brasil com os países imperialistas e as contradições provocadas pelo capitalismo brasileiro, do que decorreram as propostas de estratégia política do partido no que se referia às relações sociais entre a classe operária e a burguesia, assim como a proposta da Frente Única.

Observou-se que as dificuldades no entendimento dos processos políticos e suas conexões com o desenvolvimentismo nacional, assim como as polêmicas sobre as decorrências do aprofundamento da relação com o capital estrangeiro, levaram à ruptura dos comunistas naquele momento, a que se somou a dubiedade no entendimento dos reais interesses da burguesia brasileira, a qual, mesmo que cindida, pretendia apenas retomar suas posições frente ao governo de Juscelino, sem alterar as estruturas sociais.

Abstract

This Master's degree dissertation is about the division of PCB occurred in the early 1960's, when the PCdoB has created as a counterpoint of that previous organization. To conduct this research, official documents of the PCB had been used. They consisted in *Theses for Discussion* and articles produced by the Communist leadership and published on Communist newspaper "*Novos Rumos*" (New Paths) during the V Congress held in 1960; the *Declaration of March* produced and published by the PCB in 1958 and the **Manifesto Program** produced and published by the dissidents who have created the PCdoB in February 1962.

To deals with these documents, it was extract their most recurrent themes, not giving previous defined meanings to the information , but taking in account the logic that led those debates in that moment, understanding more precisely the historical context. The objective of this research was to analyze the differences and circumstances that led to the split of the Communist Party, considering the proposals contained in the debate between its leadership. These debates were related mainly to the understanding about the nationalist-development politics that was a part of the a Juscelino Kubitschek's administration, as well as the relations between Brazil and the imperialist countries and the contradictions caused by the Brazilian capitalism, from which it was surged the Party's political strategy on social relationship between the working class and the bourgeoisie, and the proposed Frente Única (Unique Front).

It was observed that the difficulties to understanding the political processes and their connections with national development, as well as the controversy about the consequences of deepening the relations to the foreign capital, have led to the split of Communists at that moment, beside the suspicion about the Brazilian bourgeoisie real wishes, which even divided, simply wanted to recover its positions at the Juscelino's government, without changing social structures.

Índice

Agradecimentos----------pg.08

Introdução----------pg. 09

Primeiro Capítulo: A dinâmica do capitalismo no Brasil----------pg. 24

Segundo Capítulo: V Congresso, a Ponte para a Ruptura----------pg. 76

Terceiro Capítulo: Os impasses da Frente Única
E a Ruptura Definitiva ----------pg. 110

Conclusão----------pg. 136

Bibliografia:----------pg.139

Agradecimentos:

Realizar esta pesquisa demandou muito esforço, dedicação, paciência e muita leitura. Este trabalho só foi possível graças a todo o apoio que tive de todas as pessoas as quais sempre ofereci todo o meu apreço. Primeiramente agradeço à minha querida orientadora, a Professora Doutora Vera Lúcia Vieira com quem já tivera o privilégio de ser aluno ainda na graduação, e que abraçou o projeto que originou esta dissertação, apoiando-me e depositando toda a sua a confiança para que eu pudesse caminhar, sendo bastante compreensiva nos momentos de maior dificuldade. Agradeço também a CAPES pela bolsa parcial que me foi concedida contribuindo diretamente em minha permanência no curso. Agradeço com toda a certeza a minha mãe, meu pai, minha madrasta, minha madrinha, tios e tias, cujo apoio, carinho, incentivo e cobranças foram fundamentais para essa realização. Agradeço ao Centro de Documentação e Memória da Unesp, através do historiador Luis Alberto pela orientação dada dentro do acervo, facilitando meu acesso às fontes que possibilitaram a pesquisa, e ao colega Rodrigo Chagas pelo auxílio técnico que me prestou. E por fim agradeço a querida Professora Doutora Madalena Guasco e a Professora Doutora Lívia Cotrim que atendendo aos convites compuseram a banca de minha qualificação.

Introdução

Neste projeto, analisei a criação da organização partidária denominada Partido Comunista do Brasil (PC do B), que surge no cenário nacional em 1962, a partir de uma cisão do antigo Partido Comunista Brasileiro.

Este processo foi fruto de intensas discussões internas no PCB que ocorreram no período anterior a 62. Para melhor compreendê-las é necessária uma explicação do contexto em que surge o PCB.

No final do século XIX, o Brasil avançava em sua industrialização o que faz emergir um grande contingente de operários trabalhando nas fábricas. Mas as condições de trabalho bastante precárias fizeram com que esses trabalhadores buscassem melhorias nessa situação. Boa parte desses trabalhadores eram imigrantes italianos que traziam a influência do anarquismo, contribuindo para a mobilização dos operários na luta por melhores condições de trabalho, a partir de greves desencadeadas por influência anarquista.

Muitos destes imigrantes operários advinham de regiões onde as lutas pela aquisição de direitos trabalhistas iniciada nos séculos anteriores resultaram em inúmeras conquistas já legalmente constituídas. Ao chegarem ao Brasil tais trabalhadores se deparam com uma incipiente industrialização, um crescimento urbano acelerado e desordenado e uma classe empresarial cuja interação com o trabalho ainda se pautava pelas relações estabelecidas durante o período escravocrata eliminado no país há muito pouco tempo.

Assim, no Brasil, conforme já analisado por inúmeros autores[1] as demandas pelos direitos trabalhistas se articularam com as práticas e o ideário anarquista, embora as condições objetivas vigentes naquele início do século XX os tenha levado a buscar formas organizativas que abrigassem as distintas demandas dos diferentes segmentos sociais que constituíam a classe operária e/ou trabalhadora na época. É neste contexto que emergem as propostas de articular-se em organizações sindicais, com todas as implicações inerentes à estas propostas cuja experiência era trazida das práticas européias.

Neste ínterim a divulgação de um ideário que se apresentava como marxista, ganha força no cenário internacional entre os trabalhadores, em decorrência da vitória, em 1917, da Revolução Russa iniciada em 1905. As discussões sobre a condução das lutas operárias aqui no Brasil, passam a serem referenciadas neste ideário, ganhando um espaço privilegiado na intensa disputa que se travará entre as diferentes posições anarquistas e o emergente comunismo que virá a assumir a liderança na condução do movimento dos trabalhadores.

Resulta destas contendas a fundação do Partido Comunista do Brasil em março de 1922, com a sigla PCB. A partir daí o PCB irá exercer forte influência no movimento operário, passando a catalisar a reação do governo republicano que não tardou em tomar medidas que evitassem a propagação destas idéias,

---

[1] Paulo Sergio Pinheiro, Boris Fausto, Faoro, Kovarick, Carone, Sodré. Sobre a historiografia das lutas dos trabalhadores no Brasil ver Claudio Batalha, in: FREITAS, Marcos César, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, SP: Contexto, 1998.
Paulo Sergio Pinheiro juntamente com Edgar Carone e Boris Fausto seguem trajetos parecidos com seus trabalhos sobre a formação da classe operária no período compreendido entre o advento da República até 1930, sendo essas obras respectivamente *A classe operária no Brasil documentos de 1889 a 1930 Alfa Omega 1979 e o Movimento Operário no Brasil,Difel 1979-1984* e *Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920 Difel 1986*.

tentando isolar de todas as formas a ação dos comunistas e sua incorporação nos postos de trabalho. Uma dessas ações foi colocar os comunistas na ilegalidade três meses após sua fundação. Mesmo atuando na clandestinidade o PCB buscava orientar os trabalhadores a partir dos postulados do marxismo-leninismo, com vistas a percorrer a "via revolucionária"[2], como forma de superar a exploração sofrida pela classe dos trabalhadores, através de seus periódicos, como o *Movimento Comunista* num primeiro momento, até o surgimento do jornal *A Classe Operária* em 1925. Percorreu também a "via institucional" participando de eleições, como a do Parlamento Nacional em 1927 através do Bloco Operário e Camponês. Dessa forma, o PCB sempre tentou estar presente nas principais lutas do movimento operário.

Será no fim do período Vargas que o PCB viverá seu período de maior crise interna com uma postura política envolta em contradições no que se referia ao Programa Político aprovado no IV Congresso em 1954. Neste Congresso, a linha política definia que o PCB seguiria a proposta de "derrubada do atual governo". Vargas já havia cometido suicídio, e o governo federal esteve com Café Filho até que nas eleições presidenciais de 1955 a vitória foi de Juscelino, como pontua o historiador Gorender em *Combate nas Trevas*. Mas o que se viu foi o apoio dos comunistas à candidatura de Juscelino, contrariando dessa maneira o que havia sido definido pelo Programa Político aprovado pelo IV Congresso. Essa postura do PCB, aliada a orientações não muito definidas de sua direção política,

---

[2] O líder comunista russo Lênin foi estudioso de Marx, e em sua obra *" O estado e a revolução*", desenvolveu o conceito de ditadura do proletariado como uma maneira de superação do estado burguês. A ditadura do proletariado consistiria na tomada do poder político pela classe operária através da luta revolucionária, indicando assim um estágio inicial rumo ao modo de produção comunista.

como ainda observa Gorender (*Combate nas Trevas, 1987*), já vinham sendo percebidas num período anterior à década de 50.

Quando Dutra iniciava seu governo, em 1946, o PCB gozava da legalidade política conquistada em 1945, e havia em âmbito internacional um acordo de paz entre as nações face à derrota do eixo nazi-fascista na Segunda Guerra. No entanto, esse acordo contribuiu para que o PCB se voltasse para a burguesia nacional, num posicionamento de que a mesma poderia ser importante aliada nesse momento de paz mundial. O PCB apostou numa possível visão progressista da burguesia, propondo um entendimento desta com os trabalhadores em nome do desenvolvimento econômico do país. Mas quando em 1947 foi aberto o processo judicial de cassação de sua legalidade, a direção do PCB se iludiu julgando que não havia interesse do governo federal de levar tal decisão a cabo , Prestes, em uma reunião com os militantes, apresentou essa orientação contribuindo para o relaxamento das atividades dos militantes do Partido (GORENDER, 1987). Mas em maio daquele mesmo ano a cassação foi decidida para desgosto do PCB, atestando que a certeza de que a pretendida aliança com a burguesia fora um erro estratégico. Outro momento complicado para o PCB se deu com a volta de Vargas ao governo republicano em 1950.

Neste ano, Vargas toma uma medida que desagrada os Estados Unidos. A Comissão Mista que havia sido criada pelo governo norte-americano com o intuito de ajudar a economia brasileira, foi dissolvida por Vargas. Pressionado pela União Democrática Nacional (UDN), partido político formado segmentos sociais conservadores, como banqueiros, comerciantes e empresários, que fazia oposição ao seu governo, Vargas buscou uma reaproximação com os

trabalhadores decretando inclusive aumento no salário mínimo, sendo dessa forma acossado pela UDN, que também discordava do rompimento com o governo americano.

Nesse momento o PCB tomou mais uma decisão controversa, pois através de um documento publicado em 1954 (GORENDER, 1987), posicionava-se contrário a Vargas, considerando seu governo como traidor por permitir a manutenção do Partido na ilegalidade, e indo ao encontro dos interesses políticos norte-americanos. Fazer oposição à política do governo norte-americano era uma das bandeiras levantadas pelo PCB. Isso foi abrindo internamente desentendimentos em sua direção política.

O fim da era Vargas deu início a um novo período capitaneado por Juscelino na presidência da República a partir de 1955. Impedido inicialmente de tomar posse, por ter sido sua eleição contestada pela oposição, Juscelino só assumiu o governo após uma conturbada sucessão de golpes políticos que impediram inclusive o vice-presidente de assumir imediatamente o poder presidencial. Um golpe militar instalou no Palácio do Catete Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado, até que o presidente legitimamente eleito, Juscelino Kubitschek, tivesse sua posse garantida por um contragolpe militar.

Juscelino promove a reabertura do país ao investimento estrangeiro, principalmente a Europa e o Japão. Nesse período surgiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros que tinha o intuito de aprofundar as reflexões sobre o desenvolvimento nacional do país. Era uma maneira de favorecer a burguesia nacional bastante descontente com o segundo governo Vargas. Mas também foi uma forma de contribuir na construção da imagem de um país bem desenvolvido

econômica e socialmente, embora marcado por contradições de classe, como pode ser observado em outros estudos historiográficos, inclusive os que foram aqui mencionados. (FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social 1890-1920, Difel 1986;* PINHEIRO, *A classe operária no Brasil documentos de 1889 a 1930 Alfa Omega 1979; CARONE, o Movimento Operário no Brasil,Difel 1979-1984)*

Juscelino institui uma política desenvolvimentista baseada em um Plano de Metas coordenado pelo Estado, para os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a transferência da capital para o interior do país como proposta de integração nacional de que resultou a construção de Brasília. Para tanto, captou empréstimos no estrangeiro, aumentando a dívida externa e realinhando o país com os Estados Unidos, além facilitar a transferência de maquinário obsoleto daquele país para o Brasil, sob a forma de indústria automobilística, advinda também da Alemanha (Wolkswagem) e da França (Simca-Chambord).

Além deste endividamento, a inflação corrói o poder aquisitivo dos assalariados e da classe média em geral, embora a elite dirigente estivesse convencida da necessidade do capital estrangeiro como dinamizador de nosso desenvolvimento industrial. Em seu governo observa-se também uma grande migração dos nordestinos em decorrência do aumento das disparidades regionais, o que agravou a penúria nas periferias dos centros urbanos.

No fim de seu governo, após ter o último pedido de empréstimos negado pelo FMI que temia a insolvência do Brasil, em decorrência do quadro econômico, Juscelino rompe com este organismo financeiro internacional, deixando para seu sucessor revolver os problemas criados pela sua meta de crescer 50 anos em 05.

No plano internacional o término da guerra fria que vai ocorrer por volta da década de 90 se enuncia em 1956 quando vem a público um documento que ficou conhecido como "Relatório de Kruschev". Produzido por Nikita Kruschev este relatório denunciou o culto à personalidade promovido na época de Stalin, acusando-o também por crimes de guerra, o que provocou o desentendimento derradeiro entre os dirigentes, minando a unidade do Partido e culminando com sua cisão.

Embora Kruschev tenha sido combatido pelo setor mais conservador do Partido Comunista da União Soviética , pôde promover as reformas do sistema soviético e começou a dar ênfase à produção industrial para o consumo e para o desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, o impacto do Relatório Kruschev resultou numa cisão do velho "partidão", como era conhecido o PCB, dando origem ao PCdoB em 1962 que retoma à política de orientação stalinista contida no Manifesto de Agosto de 1950 no qual o PCB defendera uma revolução nacional libertadora, um governo democrático e popular e uma frente única com setores da burguesia, ou seja, uma frente popular nos moldes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935.

O PCB, por sua vez, a partir do seu V Congresso[3] se alinhou à política de Kruschev, que partia principalmente da ideia da coexistência pacífica entre o

[3] Desde sua fundação as decisões deste partido eram tomadas em congressos – O Primeiro Congresso aconteceu logo após a fundação do PCB, sendo que foi dada sua notícia, em *Revista Movimento Comunista* em junho de 1922, como se observa em *Ensaios Históricos e Político* de Astrojildo Pereira: "Chegado finalmente o dia 25 de março, realizou-se a primeira sessão a primeira sessão do Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil, sendo lida com entusiástica saudação enviada pelo Bureau da Internacional

socialismo e o capitalismo. Divergindo desta postura, uma parte de seus dirigentes mantém fidelidade ao legado da linha política desenvolvida ao longo do período em que Stalin se manteve no poder soviético e também aos preceitos políticos de Lênin, fundar o PC do B em 1962, na Conferência Extraordinária realizada em fevereiro daquele ano. A Conferência adota o Manifesto Programa que se caracteriza como o documento que deu origem ao novo partido.

A bibliografia historiográfica sobre o PCB é muito vasta, sendo que diversos autores buscaram compreender sua estrutura, organização, atuação na política brasileira, o que eles produziram e sua contribuição à história do Brasil, tendo sido uma das organizações que proporcionou os maiores acervos sobre os movimentos sociais, particularmente sobre os trabalhadores, principal foco dos comunistas.

Os primeiros estudos sobre o PCB foram produzidos não por historiadores, mas por militantes e intelectuais afetos à ideologia que se associavam ao marxismo e que buscaram, com suas obras, compreender o momento histórico para uma melhor atuação dos comunistas, com o claro intuito de dar uma orientação política a este Partido, particularmente analisando sua relação com o movimento operário. Astrojildo Pereira, um dos formuladores do PCB , foi um dos

---

Comunista. Duas sessões se realizaram ainda no dia seguinte, 26, e duas finais no dia 27." O Segundo Congresso do PCB foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925, onde se discutiram entre diversos assuntos situação política nacional e internacional, e organização. O Terceiro Congresso do PCB foi realizado nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1928 e de 1 a 4 de janeiro de 1929. Foram discutidos principalmente a política nacional, a posição do PCB, a luta contra o imperialismo, os perigos da guerra e o Bloco Operário e Camponês. Ao longo destes anos, o PCB realiza o IV, V Congresso do PCB.

precursores dessa abordagem histórica. Em *A Formação do PCB*[4], ele mostra o processo de institucionalização do partido, e os seus primeiros passos enquanto organização política. Outro importante dirigente e intelectual partícipe desse quadro foi Otávio Brandão, que buscou inspiração na obra de Lênin, *O imperialismo etapa Superior do capitalismo.* Sua obra, *Agrarismo e Industrialismo* [5] *foi a primeira tentativa no Brasil de análise marxista da situação nacional, como pontua o próprio Astrojildo*[6], além de contribuir para o entendimento da realidade econômica do período.

Mais tarde estes estudos ganharam um caráter mais acadêmico, particularmente através das obras de autores como Edgar Carone[7], Boris Fausto[8] e Jacob Gorender[9] os quais buscaram entender a evolução do PCB no cenário político brasileiro. Tais autores, embora situem esta organização até os idos de 1980, pouco se referem ao PC do B.

O historiador Carone (1924-2003) traça um panorama do movimento operário no Brasil em suas diversas tendências, do final do séc. XIX a meados do séc. XX em uma obra de três volumes, intitulada *Movimento Operário no Brasil*. Nesta obra há uma rápida menção sobre a formação do PC do B, analisada a

---

[4] PEREIRA, Astrojildo , 1976.

[5] Na obra *Agrarismo e Industrialismo*, Otávio Brandão procura desenvolver uma teoria baseada numa dualidade existente no Brasil, entre o capitalismo agrário semi-feudal e o capitalismo industrial moderno. Para Brandão seria essa a contradição na sociedade brasileira após a República, observa Astrojildo Pereira em a *Formação do PCB*. Ou então como se observa na obra de Michel Zaidan, *Comunistas em Céu Aberto*: "o autor (Brandão), pretende fazer um estudo da sociedade brasileira, abordando a dominação imperialista, o caráter feudal da economia agroexportadora e as revoltas militares de 1922 e 1924.

[6] PEREIRA, Astrojildo, 1979.

[7] CARONE, Edgar, 1979.

[8] FAUSTO, Boris, 1986.

[9] GORENDER, Jacob,1987.

partir de uma carta dirigida ao Comitê Central ainda em 1961, mas não há um aprofundamento do assunto.

Boris Fausto, por sua vez, em seu livro, *Trabalho Urbano e Conflito Social* expõe as disputas entre anarquistas e comunistas no início do séc XX, e sua influência entre os trabalhadores fabris, culminando na formação do PCB em 1922. Outro historiador, Jacob Gorender, foi dirigente do PCB até o momento da cisão em 1962. Em *Combate nas Trevas*, este autor traça um panorama histórico da Era Vargas, quando a política de desenvolvimentismo nacionalista foi adotada pelo governo e aí situa a crise interna que se instalou naquele partido, principalmente após vir a público o Relatório de Kruschev, já mencionado.

Todos esses estudos têm sido fundamentais para o entendimento historiográfico da formação do PCB e sua atuação e permitem um conhecimento bastante sólido sobre o comunismo no Brasil, situando suas contradições internas, seus impasses ante as diretrizes internacionais e os problemas nacionais, seus posicionamentos em cada momento histórico desta longa trajetória que se integra à história do Brasil no transcurso do século XX.

No entanto, tais obras se referem fundamentalmente ao período que vai até 1947, ano em que, apesar da abertura democrática preconiza pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra, o partido foi colocado na ilegalidade.

Nos anos seguintes, esfacelado mais uma vez pelas perseguições massivas que se espalham por todo o país[10] o PCB atravessa mais um período de

[10] - A liberação dos acervos dos órgãos de repressão vigentes no país, em decorrência da Lei 11.111 de 91, em que pesem os limites quanto ao acesso à documentação que foi considerada sigilosa, disponibilizou para a pesquisa milhares de documentos sobre as ações do Estado contra pessoas e organizações consideradas suspeitas desde os primeiros anos do

crise interna, no que diz respeito ao seu programa político e à sua prática política, particularmente em relação às decisões quanto à adesão ou não ao novo governo Vargas. Tendo em Prestes sua principal referência, o Partido alinha-se em um primeiro momento à candidatura de Vargas[11], apoiando-o massivamente.

Embora o ministério anunciado pelo governo eleito expressasse um esforço de conciliação entre os diferentes segmentos sociais representados pelos partidos, o Partido Comunista Brasileiro não foi contemplado, o que pode ser interpretado como a causa da oposição que esta organização passa a fazer ao governo. No entanto, este afastamento coincide, por um lado, com o esforço do governo em se aproximar dos trabalhadores descontentes com sua situação em decorrência da crise econômica e com o processo inflacionário que corroia seus salários e depauperava suas condições de vida. E por outro, coincide também

---

século XX. Assim encontram-se em vários arquivos do país, processos inteiros que estavam, até recentemente, sob a guarda do poder judiciário. Em tais processos encontram-se não apenas os documentos da repressão, mas também documentos inéditos destas organizações, apreendidos, e que integravam os processos como comprobatórios da pertinência das acusações.

[11] Getulio Vargas assume o governo em 31 de janeiro de 1951 e a composição de seu ministério refletia as diversas alianças de sua campanha eleitoral e um esforço político de conciliação, embora deixasse de lado os comunistas que o haviam apoiado massivamente. Ao longo de dois anos e meio, este ministério, que ficou conhecido como "ministério da experiência" sofreu alterações, expressando inclusive as divergências internas entre os militares aglutinados no Club Militar. Em julho de 1953 todo o ministério foi substituído. “As crescentes dificuldades econômicas, o agravamento das tensões sociais e a oposição constante e cada vez mais forte da UDN e da imprensa foram determinantes na reforma ministerial. (...) As mudanças ministeriais deixaram clara a nova estratégia do governo: no plano econômico, foi dada ênfase ao combate à inflação, (...), enquanto no plano político, foi buscada uma aproximação com a classe trabalhadora, levada a cabo por João Goulart”. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV,2001.5v.il. Acessível em: http://www.cpdoc.fgv.br/;

com uma mudança na política exterior de Getúlio Vargas em relação aos Estados Unidos[12], cujo afastamento era uma das bandeiras do PCB.

Assim o surgimento do Partido Comunista do Brasil no início dos anos 1960 ocorre no interior desta crise internacional e, internamente, numa conjuntura das mais conturbadas. Sobre a década de 1960, no concernente ao partido comunista ou o ideário comunista no Brasil, conforme já indicamos, observa-se pouca produção historiográfica, particularmente sobre 1962, ano em que surge o PC do B.

A ausência destas reflexões contribui para o esquecimento da memória das lutas sociais no Brasil e corrobora com as afirmativas de que não se gestam propostas de soluções para os problemas que o Brasil enfrenta. Independentemente da pertinência destas propostas e dos fundamentos teóricos que as norteiam, são gestadas por integrantes da sociedade civil e como tais, expressam as intencionalidades de segmentos da população.

---

[12] As relações de Vargas com os Estados Unidos têm sido caracterizadas pelo que os analistas denominam *barganha nacionalista*, isto, buscava negociar o apoio político-estratégico em troca da ajuda norte-americana ao desenvolvimento econômico brasileiro. Internamente isto significou tentar atender tanto aos setores que eram simpáticos ao alinhamento quanto daqueles comprometidos com um ideário que se colocava como nacionalista. Os três momentos em que estes embates chegaram a seu clímax foram, inicialmente a crise guatemalteca, em 1954, quando na X Conferência Interamericana o Brasil endossou as prioridades norte-americanas de combate ao comunismo, e não o esforço latino-americano para aprovar resoluções de natureza econômico-social. O segundo foi a tensão resultante da demanda norte-americana de envio de tropas brasileiras na Guerra da Coréia, finalizada no Acordo Militar de 1953, pelo qual o Brasil acordou o não envio das tropas, mas aceitou fornecer minerais estratégicos aos Estados Unidos, além daquele país fornecer serviços de natureza militar ao Exército brasileiro. E finalmente a questão da privatização da Petrobrás, cuja resolução feriu os interesses de companhias norte-americanas. Pouco antes de sua morte, uma nova crise se enunciava com a divulgação de suas aproximações com o governo peronista visando um pacto que incluiria também o Chile, como fortalecimento nas negociações com os norte-americanos.

Neste sentido, a visão que é passada para a atualidade é que a organização comunista teve importância histórica apenas até o período Vargas. No entanto, a sua presença continua a se fazer sentir no cenário brasileiro, não apenas entre diversos segmentos de trabalhadores, mas também no interior da política institucional do país, encontrando-se muitos de seus militantes com projeção nacional, muitos dos quais são profissionais liberais, como arquitetos, escritores, economistas, jornalistas, e que têm reconhecimento enquanto lideranças partidárias que integram as discussões visando apontar soluções para os problemas nacionais.

Pessoalmente meu interesse em estudar tal organização advém de duas motivações principais que integram minha trajetória familiar e a acadêmica (se é que se pode separar em âmbitos distintos a formação de uma pessoa). Ao longo de minha vida convivi com familiares e amigos que integram estas organizações e a convivência diária com as discussões relativas a temáticas que constituíam o universo de seus integrantes.

Ao ingressar na PUC, tive oportunidade de estabelecer um contato maior e mais aprofundado com a bibliografia veiculada em história do Brasil, além do tratamento dado ao tema por inúmeras disciplinas, tanto as diretamente responsáveis pelo assunto, quanto por aquelas da área de teóricas e outras que resgatam os principais aspectos da produção do conhecimento humano, ou seja, da história, particularmente do mundo ocidental.

Todo este cabedal de informações, as críticas ou concordâncias, os debates e finalmente a disciplina de pesquisa histórica me levaram a reconhecer em minhas relações pessoas e familiares, nos acervos com os quais convivi ao

longo de minha vida, uma vasta documentação à espera de um pesquisador que ajudasse a objetivar um pouco mais esta especificidade da história do Brasil. No entanto, conforme me foi sugerido, esperei alguns anos para que o amadurecimento intelectual me permitisse adquirir a objetividade necessária a um historiador, para o tratamento do tema.

Diante dos conceitos de abordagem com os quais me deparei na graduação, um aspecto se sobressai enquanto orientação comum: a necessidade do respeito ao documento e o esforço para não subjugar a evidência histórica neles contida a um corpus teórico pré-determinado, por mais que, de antemão, este nos pareça coerente com o que consideramos significativo ressaltar. No entanto, algumas considerações preliminares podem ser aventadas. Assim por exemplo, pode haver divergências sobre a classificação da documentação escrita no tratamento das fontes. Em face dessas possíveis divergências, cerquei-me de uma bibliografia correspondente a esse tipo de abordagem, que me oferece subsídios no trato com os discursos em cada documento.

Ainda de maneira preliminar é possível observar que a maior parte dos autores que estudam a análise de discurso se remetem às reflexões sobre o discurso da imprensa, como por exemplo, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado[13]. Também, Nelson Werneck Sodré[14]. Ou mesmo, Heras Jorge Xifra[15]. Além dessas obras, existem também outros autores que abordam especificamente

---

[13] *O Bravo Matutino-Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S.Paulo,* São Paulo, Editora Alfa Omega

[14] Nelson Werneck Sodré 1998, *A História da Imprensa no Brasil,* 4 ed.[atualizada], Rio de Janeiro: Mauad

[15] Heras Jorge Xifra *A Informação - A Análise de uma Liberdade Frustrada,* Rio de Janeiro, Editora: Lux Ltda, 1975

o discurso político. Guita Debert em *Ideologia e Populismo,* S.P. 1979, nos mostra que o discurso político é parte constitutiva da luta política e que ele se faz em correspondência ao impulso da participação de seus produtores na qualidade de sujeitos do processo político.

Dessa maneira, é que se faz importante para esta pesquisa a consideração desses autores, servindo-me como base para uma abordagem adequada em relação aos discursos contidos nos documentos. Eles me permitem uma reflexão sobre a possibilidade de resgatar a ideologia contida nos documentos que direta ou indiretamente marcaram a fundação do PC do B. Considera-se aqui como ideologia, a definição dada por Lívia Cristina de Aguiar Cotrim:

"A gênese da ideologia é determinada pela atividade social dos homens justamente porque toda atividade humana é mediada pela consciência. Assim, a ideologia está sempre ligada à existência social dos homens, e nasce de seu aqui e agora social. Nessa medida, ideologia para o filósofo húngaro, é toda produção espiritual que independente de sua verdade (isto é, de sua maior ou menor adequação ao real), cumpre a função de elaborar no plano ideal a realidade, a fim de conscientizar e operacionalizar a prática humana." [16]

Tendo em vista este leque de informações através dessas referências historiográficas, é que venho questionar o que levou ao surgimento de uma nova organização de comunistas no Brasil em 1962. Quais as divergências que se evidenciaram nos Congressos do PCB que levaram ao surgimento dessa

[16] Lívia Cristina de Aguiar Cotrim em sua dissertação de mestrado *O Ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo* pelo Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp,1999 pg. 28:

organização? Quais os conceitos que os sujeitos envolvidos possuíam sobre comunismo, revolução e partido? Trabalhar na elucidação dessas questões me permitirá identificar esses problemas e assim poder contribuir para a historiografia sobre o pensamento comumente chamado de “esquerda” no Brasil.

CAPÍTULO I

ENTRE A AUTOCRÍTICA E AS CIRCUNSTÂNCIAS INTERNACIONAIS

I- A dinâmica do capitalismo no Brasil: um marco em direção à ruptura com o PCB

Neste capítulo explanamos como os integrantes do PCB passam a divergir relativamente às alternativas de solução a serem encetadas, visando a suplantar

os problemas da fragilidade das classes, decorrente da particularidade do capitalismo no Brasil. Tais divergências, conforme analisamos, constituem um primeiro marco da ruptura entre os membros daquele partido, da qual emergirá o PC do B nos anos seguintes.

Para o desenvolvimento deste capítulo centramos a análise no documento denominado *Teses para discussão* e cotejamos as análises sobre a realidade nacional e as proposituras nelas contidas, com as informações históricas recuperadas na obra de Boris Koval, porque o entendimento delas a partir deste autor fundamenta os debates vindouros entre os comunistas.

A compreensão da atuação do Partido Comunista nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil se inicia pelo entendimento dos acontecimentos daquele período, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, que trouxe conseqüências à maioria dos países capitalistas e implicações nos países que destes sofriam influência social, política e econômica.

Como uma organização formada no seio das lutas dos trabalhadores no início do século XX, com o intuito de atuar em favor do proletariado, era importante para a classe operária que o PCB detivesse um entendimento da realidade brasileira a fim de buscar melhorias e transformações na vida do operariado. E isso passava pela compreensão que os comunistas tinham do desenvolvimento do Brasil e demais países.

No que tange ao desenvolvimento dos países capitalistas, observa-se que o PCB considerava a existência de um declínio na produtividade desses países em que entre o progresso de recursos materiais não significava a sua real apropriação pelos trabalhadores.

Conforme informavam em seu documento base "*aprofunda-se no após-guerra a crise geral do capitalismo, acentuando-se o declínio do sistema imperialista".* (doc.: Teses para discussão, 1960)

As principais potências capitalistas apresentavam nesse período, segundo os comunistas, ritmos bem diferenciados de desenvolvimento e de condições de exercer sua dominação, o que sugeria um enfraquecimento de suas influências nos países dependentes.

> *As contradições internas do sistema imperialista continuam a agravar-se em virtude do desenvolvimento desigual dos países capitalistas. Os Estados Unidos conservam situação extremamente privilegiada, mas enfraqueceu-se nos últimos anos sua posição monopolista. A Alemanha Ocidental, derrotada no último conflito bélico, já superou a Inglaterra e a França, passando a ocupar o segundo posto na produção industrial do mundo capitalista. Este desenvolvimento desigual contribui para aguçar as contradições internas dos países imperialistas e as contradições interimperialistas, bem como os antagonismos entre as grandes potências e os países coloniais e dependentes. (doc.:*Teses para discussão, 1960: 01)

No interior desta correlação de forças internacionais, na qual haveria a iminência da Alemanha competir com os Estados Unidos e a Inglaterra, como se

apresentava a questão do desenvolvimento do Brasil, segundo a análise dos integrantes do PCB em 1960?

As discussões sobre esta questão, apresentadas pelo documento *Teses para discussão*, centraram-se sobre a particularidade do desenvolvimento industrial no Brasil e sobre as conseqüências por ele geradas. Ora, remontou ao que poderíamos denominar uma primeira polêmica sobre a formação histórica do país, principalmente no que diz respeito ao modo de produção que se constituiu aqui, sua concepção e evolução até o período Vargas.

Tal debate já vinha de longa data, tanto no interior do partido quanto com seus interlocutores na sociedade, dentre os quais se destacaram, desde os anos 1940, as teorias sobre o feudalismo, conforme explicitado por Nelson Werneck Sodré[17] e, nos idos da segunda metade dos anos 1950, a contraposição de Caio Prado Junior, nos textos que depois foram condensados em seu livro denominado *A Revolução Brasileira*.[18] A começar pelo entendimento da existência ou não de evidências pré-capitalistas no Brasil. Conforme sugerido por Sodré, a configuração destes primórdios no país apresentava relações que se aproximavam das feudais em sua produção econômica.

> A atividade coletora amazônica dominada pelas missões religiosas, restabelecendo as especiarias, a produção ervateira das reduções jesuíticas missioneiras, são formas de produção que se destinam em

[17] SODRÉ,Nelson Werneck, Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil, Belo Horizonte , Oficina de Livros, 1990.
[18] PRADO, Caio Jr, A Revolução Brasileira ,São Paulo , Brasiliense, Primeira edição 1966.

> sua maior parte, ao mercado externo como ao mercado interno. Mas o traço essencial delas é que são de proporções reduzidas, em comparação com a do açúcar. Ora, ainda no início da dominação colonial, existiram focos ou áreas que não comportaram escravismo. A área vicentina, por exemplo. Ali, as tentativas de estabelecimento da produção açucareira não vingaram. E a produção ficou limitada ao consumo local ou próximo... Quem produzia, isto é, quem proporcionava o excedente, aquilo que é produzido para ser levado ao mercado? Os índios aldeados, como se sabe, eram escravos ou eram servos? Aqui, instala-se a controvérsia. (SODRÉ, 1990: 15)

O argumento trazido por Sodré era o de que eram perceptíveis no Brasil, relações que não se constituíam em modo de produção escravista, o que poderia sugerir também a existência de relações de servidão semelhantes às encontradas no regime feudal.

Já a posição de Caio Prado veio em sentido contrário, com argumentos que sugeriam que, mesmo onde apareciam relações supostamente caracterizadas por traços de resquícios feudais, o Brasil não poderia em nenhum momento ser qualificado como um país de passagem pelo modo de produção feudal.

> Ora, um tal sistema feudal, semi-feudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós,(...) Um elemento do sistema de produção agropecuária brasileira que invariavelmente se aponta como caracterizando a

> natureza semi-feudal da nossa economia, é a parceria. (...) Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego, com remuneração in natura do trabalho. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. (PRADO JUNIOR, 1966: 39 - 40)

Desta divergência emergiu uma seguinte, relativa à reflexão sobre qual seria o estágio do capitalismo brasileiro na década de 50, pois da opção sobre a configuração do desenvolvimento capitalista apresentado pelo país, o PCB traçaria sua atuação política cogitando a possibilidade da revolução, aventando inclusive a aliança com a burguesia. Aliás, um dos principais motes da formação de Frente Única (sobre o que falaremos mais à frente), era uma revolução de caráter anti-feudal.

De qualquer forma, reconheciam os contendores, que o Brasil, nos anos cinqüenta, era um país cujas contradições se haviam acentuado devido ao surto industrial que se deu em meio às permanências de um período anterior predominantemente agrícola. Neste sentido Sodré observa:

> No século XX, vamos assistir, no Brasil, ao aparecimento de novas técnicas de produção. Elas são solicitadas, na medida em que se alteram as condições de existência da população. São técnicas de transporte, de aparelhamento portuário, de exploração agrícola, de produção industrial. São técnicas destinadas também a afetar o padrão

> de vida, pela introdução de utilidades e mesmo de diversões até então desconhecidas ou praticamente reduzidas. O seu uso se generaliza, o interesse por elas se estende a varias camadas da população, muito mais às camadas urbanas, está claro, do que às camadas rurais, muito mais nas zonas em desenvolvimento do que nas zonas estacionárias ou retrógradas. Porque o quadro brasileiro, através de quatro séculos de atividade, mostrara apenas isso: deslocamentos periódicos de culturas, de processos de exploração, de espaços a explorar, deixando atrás um vazio, o empobrecimento, o atraso, correspondendo, assim, a uma dispersão enorme de energias, a um malbaratamento de recursos de toda ordem, sem encadeamento, sem continuidade, sem substância, sem herança,- por força da estrutura colonial a que estávamos subordinados. (SODRÉ, 1990: 103)

Em tal quadro evolutivo, aponta-se para a agudização das contradições sociais e para o que julgam necessária a equação para atingir o devido desenvolvimento nacional.

> a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nele baseados, o que se expressa, em termos de classe, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. Às duas contradições fundamentais são agravadas pelo desenvolvimento da economia nacional, em

> particular pelo processo de industrialização, exigindo solução na presente etapa histórica da sociedade brasileira, a fim de que esta possa avançar firmemente por um caminho independente e progressista. (doc.: Teses para discussão, 1960:07)

Na década de 1960, portanto, a afirmação de que havia aqui condições pré-capitalistas retornava à tese sobre as evidências dos resquícios feudais, colocando, conforme se fiz popularmente, mais lenha na fogueira daquele debate. Por outro lado, ao se referirem à "*contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção precapitalistas*", referiam-se às evidências do desenvolvimento industrial impulsionado pela política juscelinista, de ampliação do parque tecnológico voltado para a indústria de bens de consumo em detrimento da proposta que se colocava como alternativa em países conforme Cuba, por exemplo, cuja opção, em articulação com a Rússia, era a do desenvolvimento da industria de base. O que criticavam, portanto, nas teses, era tal opção que não apenas ampliara o endividamento do país, como também contribuía para o aumento da inflação que corroia brutamente os salários.

Referiam-se ainda à manutenção no campo, das mesmas estruturas agrárias vigentes no país desde tempos imemoriais, ou seja, de um lado as permanências de uma sociedade que se estruturou na base do latifúndio agro-exportador, através das oligarquias agrárias que dominavam a economia do país, sobre o que trataremos mais à frente.

No entanto, reconheciam que o país experimentava uma nova etapa em seu desenvolvimento, destacando o caráter “progressista” decorrente da industrialização, do crescimento urbano, das forças produtivas, enfim.

> Mas esta contradição não exige solução radical na etapa atual, uma vez que, nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista.(doc.: Teses para discussão, 1960:07)

E quais seriam as características que configuravam tal progresso? Para os comunistas havia o entendimento da existência de uma situação favorável ao Brasil. Segundo eles, a evidência de que estaríamos em condições de, a continuar tal dinâmica, nos tornarmos independentes do monitoramento e da dependência norte-americana.

> Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como no político, entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana. É a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano que constitui hoje o principal obstáculo à plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente, sem as deformações inevitavelmente oriundas daquela dependência. (doc.:Teses para discussão, 1960 pg 07)

Um monitoramento que se manifestava nas ingerências em nossa política, particularmente apoiando as forças conservadoras e, conforme eles, retrógradas.

De fato, conforme inúmeros analistas já apontam, na década de 1950 tais forças se faziam visíveis das mais variadas formas. Desde as tentativas de golpe encetadas nos início dos anos 50 para impedir que JK assumisse a presidência, por considerá-lo muito "progressista", até os debates no interior das forças armadas, que resultaram nos expurgos de uma grande parte deles, particularmente integrantes de sua cúpula que se haviam contraposto às tentativas de golpes,[19] perpassando ainda, pelos embates no Congresso Nacional sobre o modelo de desenvolvimento do setor energético elétrica que, na época, era um dos gargalos do desenvolvimento industrial.[20]

Tal conservadorismo somava forças com o clima da guerra fria que tivera na política do pan americanismo de JK, a partir do final dos anos 50, a justificativa para as perseguições aos operários, camponeses e quaisquer outros trabalhadores que ousassem manifestar-se sobre suas demandas sociais. Tratarei mais adiante sobre o pan-americanismo.

É necessário colocar que para o PCB prevaleceu a tese do feudalismo para definir o desenvolvimento econômico histórico brasileiro, e isso se tornará mais evidente mais à frente.

---

[19] OLIVEIRA, Nilo Batista. *A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950)*
sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2008.

20 SQUINCA, Marcelo da Silva. *A estatização do setor de energia elétrica: um embate entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Getúlio Vargas (1951-54.* Tese de doutoramento. PUC-SP. 2009.

II – Sujeitos históricos e contradições de classe

Isso posto, colocava-se a questão do impacto deste desenvolvimento na sociedade, naquele período pós guerra, ou seja, as alternações nos sujeitos históricos, na configuração das classes sociais, na maneira como se posicionavam, enfim, as novas (ou não) contradições que se punham na dinâmica histórica do país.

Conforme apontamos, os comunistas entendiam que o desenvolvimento social brasileiro não havia superado as estruturas sociais históricas que o marcaram ao longo de sua formação, em que pese o crescimento urbano proporcionado pela industrialização.

> O Brasil é um país capitalista de formação recente. A sua estrutura de classes apresenta características de uma fase de transição, não possuindo ainda a nitidez das sociedades capitalistas maduras. Basicamente, a sociedade brasileira: latifundiários, burguesia, pequeno burguesia urbana, camponeses, semiproletariado e proletariado. (doc.:Teses para discussão, 1960:05)

Na disputa pelo poder político, assim como no passado os latifundiários representavam, naquele momento, uma oligarquia econômica compacta e coesa

em defesa de seus interesses, ao passo que a burguesia se constituía, ainda, uma classe menos homogênea.

> Os latifundiários — São os grandes fazendeiros ligados à agricultura ou à pecuária, proprietários de imensos latifúndios, que concentram em suas mãos a maior parte das terras apropriadas no país. É a classe mais velha da sociedade brasileira, suas origens se perdem nos primórdios da era colonial. Depois da independência do Brasil manteve durante o Império e nas primeiras décadas da República, o monopólio do poder político. Hoje este monopólio já não existe — o poder está dividido entre os latifundiários e a burguesia, as atuais classes dominantes no Brasil. (doc.:Teses para discussão, 1960: 05)

O Brasil de estrutura social agrária não dirimira tal característica mesmo com o avanço do desenvolvimento industrial. Ou seja, não houve perda relevante do poder do segmento latifundiário que permaneceu tão influente quanto antes na esfera das decisões políticas. Conforme Koval, um dos interlocutores deste debate,

> O desenvolvimento do capitalismo ocorreu ativamente também na agropecuária, apesar de não ter levado à destruição do sistema latifundiário. Os grandes latifundiários conservaram plenamente em suas mãos o monopólio da propriedade da terra. (KOVAL: 1982 :408).

Este autor considera a evidência de que o país vinha deixando de ser economicamente agrário para se tornar agro-industrial desde os anos de 1930, devido ao desenvolvimento de setores importantes de produção como o elétrico que contribuíra para o crescimento e a modernização (particularmente com equipamentos mais eficazes). Fundamenta suas assertivas com dados sobre o peso da produção agrária e a industrial na composição do produto interno bruto.

> No produto social bruto o peso específico da produção industrial até os anos 60 quase se equiparou com a agricultura (26% contra 28%), sendo que aumentou consideravelmente a parcela dos novos ramos da industria pesada, que antes se encontravam apenas na fase de criação ou não existiam absolutamente (...) Cabe ao Brasil mais de 34% de toda a produção de energia elétrica dos países latino-americanos. (KOVAL, 1982: 405, 406)

Além disso, diz ele, ocorre o crescimento de outros ramos da indústria como o metalúrgico, o maquinário, elétrico, químico, papel e posteriormente o automobilístico, sendo que "*até o final dos anos 50 o custo de produção dos cinco ramos indicados ultrapassou 55% do total da produção industrial*".

Esta postura de Koval respalda a análise contida nas *Teses* de que , com a evolução do capitalismo no campo, o latifúndio se tornou mais complexo, a produção se moderniza e o antigo latifundiário torna-se o grande fazendeiro capitalista. À medida que o latifundiário se transforma, a burguesia passa a

adquirir força tanto no setor agrário como na cidade por conta das implicações com a industrialização. Tal segmento social começa a dominar setores fundamentais da economia e política brasileira. A fragilidade desta classe, suas divergências internas e sua subordinação ao capital internacional são indicadas nas teses conforme se observa abaixo

> ... A burguesia — É constituída pela massa de centenas de milhares de industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrários. É uma classe de formação histórica mais recente e em ascensão, particularmente a burguesia industria!.
>
> A burguesia não é uma classe homogênea, passa por um processo de diferenciação constante, tanto mais intenso quanto maiores sejam o desenvolvimento capitalista do país e a penetração do capital estrangeiro imperialista. Apresenta, por isso, ao lado de características gerais, diversos setores que se formam em virtude da variedade de seus interesses econômicos. (doc.: Teses para discussão, 1960: 05)

Nesse contexto, ponderam, onde o avanço industrial se dá em meio aos aspectos ainda permanentes de uma estrutura colonial, a burguesia denota interesses políticos diferentes, buscando, alguns, o desenvolvimento nacional e outros, posicionando-se a favor da subordinação às grandes empresas estrangeiras, cujo privilegiamento aumentaria a dependência econômica do Brasil.

Configuração esta reconhecida por vários autores, dentre os quais destacamos Mazzeo, que nos fornece a seguinte explicação

> Até a década de 40, a burguesia brasileira estará dividida em dois blocos: os setores diretamente ligados ao imperialismo ou a ele associados, representados principalmente, por latifundiários, banqueiros e exportadores; os setores ligados à produção interna, dedicados à industria nacional (...com a queda de Vargas e a ascensão de Juscelino, há um re-ordenamento desse setor burguês nacionalizante, que passa admitir uma composição, ainda que controlada, com o capital internacional.(MAZZEO, 1997: 42)

A polarização do debate entre nacionalistas e internacionalistas assumiu destaque naquele momento, estando presente, tanto no interior das casernas, quanto nos jornais e no governo. No panorama político daqueles idos de 1950 tal polarização expressava as pressões dos diferentes segmentos da burguesia em torno das decisões sobre a implementação das condições necessárias ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Tomando-se apenas um exemplo, dos mais abespinhados, punha-se a necessidade urgente de garantir energia elétrica para as indústrias e para a população urbana. Mas as divergências sobre o modelo de plantel que garantiria tal fornecimento foi de tal ordem, que apenas na década de 1960 a proposta que já vinha sendo gestada desde o período de Getulio, que era a de criar uma empresa (estatal ou não) que cuidasse da questão foi resolvida com a criação da Eletrobrás no governo de Janio Quadros e com o

início de seu funcionamento no de João Goulart.[21] Um outro exemplo da importância que este debate assume encontra-se na criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na década de 1950[22], com o intuito de traçar a idéia do desenvolvimentismo nacionalista. Conduzido por intelectuais, entre eles Hélio Jaguaribe, comungava com um pensamento de nacionalismo e desenvolvimento e buscava ir ao encontro do pensamento progressista oriundo da nova realidade industrial brasileira na qual residia a burguesia.

Tais circunstâncias foram consideradas pelos comunistas como formas que a burguesia buscava para se acercar de meios que lhe possibilitasse consolidar seu espaço e aumentar sua influência no desenvolvimento do país, considerando também as transformações no setor latifundiário.

> Com o desenvolvimento capitalista do país, os latifundiários vêm sofrendo um processo de diferenciação: uma parte se aburguesa e a outra, que diminui constantemente, conserva suas velhas características. (doc.: Teses para discussão, 1960: 05)

---

[21] SQUINCA, opus cit. Ver também: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Dinâmica do nacionalismo varguista: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica*, in: http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=39999018 (acesso em 12/10/2009)

[22] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido in *Dados,* vol.47, nº 1, Rio de Janeiro, 2004. (http://www.scielo.br)

Com o fortalecimento da indústria nacional durante a segunda guerra mundial, surgiram novos ramos, modernos, o que amplia e diversifica a burguesia nacional.

> Ao mesmo tempo cresceu e amadureceu o proletariado. (...), entretanto os problemas mais importantes não foram solucionados: como antes gozava de enorme poderio econômico a oligarquia latifundiária, em cujas mãos se mantinha o monopólio da terra; o Brasil, como antes, dependia consideravelmente comercial e financeiramente do imparialismo estrangeiro, sobretudo do imperialismo dos EUA. (KOVAL, 1982: 369).

Assim, acompanhando as transformações sociais, a classe operária apresentava, segundo as Teses, suas nuances, sendo o principal segmento a sofrer as conseqüências do processo histórico que se encaminhava no Brasil naquele momento.

Refere-se a discussão contida nas *Teses* à forma particular que o capitalismo assumia naquele momento, a que se acrescia o ideário da Guerra Fria. Ou seja, premida pela inflação galopante, pela crescente inserção de novos trabalhadores, muitos dos quais advindos do norte e nordeste, nas migrações decorrentes das secas, recém liberadas da repressão dos anos anteriores (Getulio e Dutra), a mobilização operária será criminalizada, mais uma vez com a justificativa da infiltração comunista.

É neste contexto que se explica um dos aspectos da já mencionada Operação Pan-americana (OPA) que contribui com a política de repressão e

perseguição aos trabalhadores e comunistas. Havia no país, em virtude do avanço industrial, o pensamento lapidado pela burguesia e pelo empresariado, de se superar o subdesenvolvimento econômico e social de maneira breve, a partir do realinhamento político do país com outras nações, em especial os Estados Unidos, através de investimentos em tecnologia e empréstimos financeiros.[23] O pan-americanismo aparece, então, neste momento como um movimento de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos visando a tornar a nação brasileira uma das principais lideranças latino- americanas no combate aos ideais soviéticos e se constitui numa política de repressão aos ideais comunistas que se expandiam no continente nos próximos anos da década de 1950. Em conferência realizada no Rio, Juscelino frisou o significado desta política:

> (...)'contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético' a OPA era 'o meio de tornar mais sólida democracia nesta área do mundo em que a democracia tem seus últimos bastiões, os seus últimos pedaços de terra propícios às germinações (...) Sabemos todos que não há democracia onde há miséria'. (CERVO e BUENO, 2002: 291)

Ou seja, a despeito do desenvolvimento ocorrido no país, a participação política para a população ficava cerceada, sob a justificativa da influência

[23] No entanto, como percebemos antes, os países subdesenvolvidos , entre eles os da América Latina, comungavam com movimentos sociais por maior independência, e nutriam um sentimento comum de embate contra a influência norte-americana.

comunista, conforme os ditames dos preceitos do país hegemônico no continente, ou seja, os Estados Unidos. Tais fatos foram sistematicamente denunciados pelos comunistas e fizeram parte da análise de conjuntura contida nas *Teses*, conforme se observa na citação abaixo

> a sistemática ingerência do governo de Washington nos negócios de nossa Pátria representa permanente obstáculo ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os interesses nacionais, desvinculada dos laços de subordinação ao Departamento do Estado. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estimulo para as forças mais reacionárias e obscurantistas dentro do país. (doc.: Teses para discussão, 1960:07)

A majoritária participação do capital estrangeiro na composição do parque industrial brasileiro se expressava no ramo automobilístico onde atingia 90%, no de tabaco com 85%, na energia elétrica com 82%, na fabricação de máquinas 70%, no ramo da química com 50%. (KOVAL, 1982: 407)

O Crescimento da eletrificação contribuiu para a modernização do sistema de produção na indústria, a aplicação de tecnologia e equipamentos mais aperfeiçoados, apesar de que se deve ter em vista que os principais conjuntos de máquinas de todas as centrais elétricas(mais de 50%) pertencem aos

monopólios norte-americanos “Brazilian Traction Light and Power” e American and Foreign Power”. Nos últimos anos o controle do capital estrangeiro diminuiu relativamente em virtude do fortalecimento do setor estatal. O desenvolvimento do capitalismo de Estado no período pós-guerra exerceu influência benéfica também sobre o aumento da produção de petróleo, ferro, aço, laminados, etc., sobre todo o processo de industrialização do país. A ajuda estatal desempenhou neste sentido o papel de escudo protecionista. Em 1939 a parcela de produção de meios de produção era de apenas 19,4%, em 1958 era de 31, 6%...O Controle dos monopólios dos EUA reflete-se negativamente sobre a indústria brasileira, mas já não pode determinar totalmente o seu desenvolvimento. (KOVAL, 1982: 407)

Estes dados trazidos por Koval ajudam a explicar como a subordinação à influência econômica norte-americana, que, conforme aludida pelos comunistas era um dos principais fatores do entrave do desenvolvimento do país naquele período.

Este diagnóstico sobre a predominância cada vez maior das empresas multinacionais na composição do parque industrial brasileiro foi, na época, referendado pelos textos de Leoncio Basbaum, cujas publicações em muito contribuíram para consolidar as referidas teses. Assim, por exemplo, a esse respeito, ponderava o autor,

> Aproveitando o fato de que os antigos países imperialistas europeus, principalmente a Inglaterra, a França e a Alemanha, não se achavam em

condições de competir economicamente e percebendo que em alguns países sul e centro americanos, principalmente o Brasil, uma nova burguesia industrial, surgida da guerra e por ela estimulada, os capitalistas norte-americanos resolvem tomar a única medida que faltava para garantir e perpetuar seu domínio sobre o mundo: investir capitais nessa parte do continente, construindo eles próprios, as fábricas que os brasileiros pretendiam e poderiam construir. Deste modo, começa em nosso país a grande invasão imperialista americana, não mais sob a forma de exportação simples de capitais, em empréstimos, mas para investimentos industriais. Essa política de investimentos iria tornar-se mais tarde, a partir de 1955, mais agressiva pela aquisição de indústrias já existentes no país. Na ocasião, porém, limitaram-se a criar aqui novas indústrias já existentes, o que iria ocasionar o nascimento de uma nova categoria social (a qual se consolidaria a partir de 1955), a dos diretores brasileiros de empresas americanas, a dos advogados administrativos, a dos public-relations interessados na política de boa vizinhança com os Bancos e financistas norte-americanos.(Basbaum, 1985: 197)

III - O Desenvolvimento Industrial e o Proletariado

Um dos temas mais tratados neste documento-base referiu-se, como não poderia deixar de ser, às transformações observadas nos segmentos dos trabalhadores, particularmente os operários e suas condições no mundo urbano

também em crescente adensamento e complexificado. (KOVAL, 1982: 421). Conforme informa ainda Koval, constata-se, conforme dados de 1960, um aumento da população urbana no interior de um significativo crescimento populacional, em detrimento do montante da população rural.

> Em 1888, cidades com mais de 100 mil habitantes concentravam aproximadamente 5,7% da população total do Brasil: atualmente (1960) nesses centros concentram-se já 20,7% da população total. (KOVAL, 1982: 412).

A relação do campo com a cidade vai se matizando de tal forma que se observa não somente uma complexa constituição do proletariado urbano, devido à evolução tecnológica da indústria e à grande concentração do seu contingente, mas também complexas transformações no mundo rural, embora sua configuração, conforme já apontado, mantenha o perfil tradicionalmente vigente. Assim, conforme Koval, o aumento do "emprego do trabalho assalariado" no campo resulta no surgimento de um "proletariado rural que reúne em suas fileiras não apenas os pobres sem terra, os assalariados agrícolas, mas também parte considerável do campesinato com pouca terra". (KOVAL, 1982: 411)

A apropriação, pelo trabalhador, dos novos recursos e conhecimentos tecnológicos marca um tipo de fronteira com o trabalho físico predominante até então, com o surgimento de novas profissões, novas especialidades, diversificando-se também o assalariamento. A nova "estrutura social" que vai

adquirindo a classe operária e as contradições internas que apresenta suscitam interpretações distintas dos historiadores voltados à análise do tema, o que foi sintetizado por Koval no seguinte trecho

> (...) a estrutura molecular do “operário conjunto” torna-se mais complexa e de muitas camadas. Os cientistas burgueses consideram o aumento da parcela de empregados no “operário conjunto” como sinal de dissociação, de “desproletarização” da classe operária e de surgimento de uma nova classe média. Os marxistas, ao contrário, vêem nisto um progresso objetivo e progressista de desenvolvimento do próprio proletariado, a ampliação de sua composição, o surgimento de novos grupos inclusive de operários de trabalho não-físico. (KOVAL, 1982: 416).

São tais evidências que o PCB já analisara ao situar a existência de camadas sociais bem delimitadas entre si e proceder à suas propostas que levassem em conta as diferenças de interesses deste proletariado e a sua capacidade de organização, embora naquele momento tal complexidade ainda fosse vinculada ao porte da industria na qual estivesse o trabalhador. Neste sentido, indicam as Teses

> No seio do proletariado industrial urbano notam-se duas camadas bem características: o das grandes empresas e o das pequenas fábricas e oficinas. As estradas de ferro, as empresas urbanas de transportes e os portos são importantes concentrações de massas trabalhadoras. Os trabalhadores das grandes empresas são a

> camada politicamente mais ativa do proletariado, a mais susceptível à organização. (doc.:Teses para discussão, 1960: 06)

Tais circunstâncias, vigentes no próprio seio do proletariado, ajudam a explicar a dificuldade dos comunistas em consolidar internamente a linha política do PCB para a classe operária e a diretriz para suas ações junto à sociedade no sentido de interferir no curso dos acontecimentos daquele momento. É no bojo desta complexa e contraditória conjuntura que emerge a proposta da Frente Única.

III - A Frente Única

A proposta da Frente Única consistia em reunir um bloco composto pela classe operária, burguesia e latifundiários para realizar uma revolução democrática, nacionalista, anti-feudal e antiimperialista.

Dada a correlação de forças vigente no interior da burguesia, a nova configuração do operariado e o papel do Estado neste contexto, podemos notar com mais clareza a proposição dos comunistas de combater o imperialismo norte-americano, considerado pelo PCB como principal causador dos entraves ao progresso e ao desenvolvimento do país. Tal proposição baseava-se em observações feitas sobre o contexto histórico, conforme já abordado, do que derivaria o papel a ser exercido, inerentemente, pela burguesia, ou seja, o de tentar preservar seus interesses nacionais, contrapondo-se aos do imperialismo que, em principio a prejudicava. Nesta lógica, a burguesia, para os comunistas dos idos de

1950, a burguesia nacionalista poderia ser considerada um aliado fundamental nesta luta.

> As vacilações dos governos como o de Kubistchek não são apenas motivadas pela sua heterogeneidade. Traduzem igualmente a dualidade da burguesia, isto é, de um lado, a sua fisionomia revolucionária, de classe oprimida pelo imperialismo, e de outro lado sua falta de coragem para enfrentar o imperialismo e os reacionários, em virtude de sua fraqueza econômica e política e devido a não haver rompido seus laços econômicos com estas forças. A dualidade característica do atual governo poderá subsistir ainda por algum tempo e irá desaparecendo na medida em que o proletariado assumir a direção da frente única antiimperialista. (doc.: Teses para discussão,1960:07)

Ou seja, surge assim a proposta de aliança com segmentos da burguesia que, ante a necessidade de liberar as forças produtivas via revolução, - conforme ocorrera na Europa-, via-se frágil e destituída de independência relativamente às forças mais reacionárias do campo, assim como premida pela força que, internamente possuía o imperialismo. Assim, esta necessitaria de uma liderança, um aliado que, respaldado pelo operariado, a impulsionasse na direção dessa revolução.

Conforme rememorará Koval na década de 1980, tratava-se de considerar a viabilidade de "(...) *uma típica revolução burguesa, com a finalidade de limpar o*

caminho para o desenvolvimento livre do capitalismo. (KOVAL, 1982: 430). Para este autor, tal postura, considerava que haveria a possibilidade de articular "*os interesses da burguesia nacional (...) parcial e temporariamente com os interesses do proletariado' (e) 'amplos círculos da burguesia nacional tentam implantar a idéia nociva da possibilidade da unidade de classes nos interesses da* ***"reconstrução nacional"*** *e* ***do "desenvolvimento econômico nacional",*** *com o objetivo de* ***"alcançar a paz e a justiça social, no anseio geral de edificar uma vida melhor e feliz".*** (KOVAL, 1982: 430; grifos *Jornal do Brasil*, 25.12.1962)

Para tanto, continua o autor, considerava-se que seria necessário, por um lado, preparar psicologicamente o proletariado para uma aliança de classes e para a perspectiva de que o avanço do capitalismo diminuiria as contradições de classe, pois "a industrialização beneficia igualmente a todos e por isso pode-se e deve-se fazer em prol dela alguns sacrifícios temporários" (KOVAL, 1982: 430) Neste contexto, afirma Koval, referendando a proposta das *Teses*,

> A luta do proletariado brasileiro (...) não podia se desenvolver fora do processo geral de ampliação do movimento patriótico de massas, entrelaçando-se com a luta de outras classes e grupos sociais, incluindo a burguesia nacional em luta pelo fortalecimento da independência do país e realização de uma série de transformações sócio-econômicas, contra a política reacionária do imperialismo e da oligarquia. ((KOVAL, 1982: 443)

A avaliação de que o poderio dos países imperialistas estava comprometido fez ganhar uma força ainda maior a idéia da luta antiimperialista e neste sentido era

necessário apoiar o fortalecimento da burguesia industrial e batalhar por sua maior influência política, visando combater o processo de abertura ao capital estrangeiro e minar a liderança que adquiriam nos investimentos industriais. Sobre isto as teses eram claras

> Os imperialistas norte-americanos intensificam seus esforços para manter e acentuar seu domínio na America Latina, mas eleva-se a consciência e a combatividade antiimperíalista das massas populares, avolumaram-se os movimentos contra o opressor ianque e aumentam os choques entre a burguesia dos países latino-americanos e os monopolistas dos Estados Unidos. (doc.:Teses para discussão,1960:08)

Assim, os comunistas propõem a Frente Única que surge como proposta de uma ação política viável nessa correlação de forças sociais nacionais e internacionais, já liberados da luta contra o fascismo e o nazismo que norteara as diretrizes do PCB nos anos anteriores.

> O desenvolvimento independente e progressista do país exige a criação de uma força social capaz de realizar as transformações de estrutura possíveis e necessárias e de modificar simultaneamente a correlação de forças políticas no país. Nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer a resistência das forças interessadas na conservação da dependência do país aos

> monopólios Ianques e na manutenção do monopólio da terra. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas parciais só puderam ser obtidas pela atuação em frente única de várias forças interessadas na emancipação e no progresso do país. A aliança destas forças resulta, portanto, de uma exigência da própria situação objetiva. (doc.:Teses para discussão, 1960: 08)

É importante frisar que a Frente Única não aparece como um conceito oriundo de uma teoria ou pensamento específico formulado por um autor, mas sim no interior de discussões entre os comunistas muito mais como uma estratégia e objetivo principal do PCB neste momento, considerando os dados históricos levantados anteriormente. Será necessário compreender o caráter que os comunistas dão à Frente Única.

III.II- A Frente Única e a Revolução

No contexto abordado anteriormente, a Frente Única adquire o caráter de ação principal ação no sentido de unificar forças sociais antagônicas, mas taticamente convergentes, para promover a luta contra a influência política e econômica norte-americana e imperialista. Ela é apresentada como meio para realizar a revolução brasileira (burguesa) que seria neste momento, para os comunistas, antiimperialista, anti-feudal, nacional e democrática.

> São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo, o que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas do trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em todas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares. (doc.:Teses para discussão , 1960: 07)

É o caráter nacional que se apresenta como fator aglutinador dessas forças sociais que são colocadas na Frente Única, pois isto lhe conferiria "*maior amplitude (...) do ponto de vista da sua composição de classe. (Teses para discussão pg 07).* Assim, pela superação mesmo que momentânea, das contradições de classe, a questão nacional emerge como um objetivo comum entre as classes recém re-configuradas pela modernização decorrente do avanço da industrialização urbana e da mecanização do campo.

> O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades da mais variada condição social e orientação política. Dele participam

> grande número de parlamentares dos mais diversos partidos, governistas ou oposicionistas, que unificam sua ação na Frente Parlamentar Nacionalista; setores influentes das Forças Armadas, particularmente da oficialidade do Exército; a maior parte do movimento sindical; a parte mais organizada e combativa do movimento estudantil; grupos representativos da indústria; numerosos representantes da intelectualidade. (doc.:Teses para discussão, 1960:08)

Portanto, a contradição principal, "*dominante na sociedade brasileira"* era a que contrapunha a "*nação brasileira em desenvolvimento ao imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, (...). Em conseqüência, os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial. (Teses para discussão, pg 07.)*

Contribuíam para tal tese, as evidências de que, no debate nacional entre nacionalistas e internacionalistas (também denominados na época – tupiniquins e entreguistas), alguns setores vinham lutando para que o Estado assumisse maior espaço nesta disputa, criando (ou mantendo) "*monopólios estatais em áreas fundamentais, como a da siderurgia, a do petróleo etc",* aproveitando-se de um momento em que*, "em função das guerras mundiais,* (estas) *não haviam, até então, se constituído em objetivos para o imperialismo*. (MAZZEO, 1995)

Assim, a luta contra o imperialismo, segundo as teses, deveria ser iniciada com a articulação das forças nacionais em defesa da intervenção do Estado em áreas consideradas chaves para o desenvolvimento nacional e para garantir um desenvolvimento autônomo.

> As ações unitárias das forças nacionalistas se desenvolvem na luta por soluções de interesse comum: defesa do petróleo e das riquezas nacionais, controle e regulamentação do capital estrangeiro, ampliação do comercio exterior ao mercado socialista, proteção à indústria nacional, política de câmbio favorável ao desenvolvimento independente do país, assim como por mudanças na política e na composição do governo, num sentido nacionalista e democrático. (doc.:Teses para discussão,1960: 08)

Esses argumentos encontravam respaldo em episódios ocorridos no início da década de 1950. Uma das palavras de ordem que influenciaram de fato a opinião pública no Brasil foi a campanha pela manutenção do petróleo como uma área de monopólio do Estado. A Campanha "o Petróleo é nosso" ganhou as ruas, caiu nas graças da opinião publica, virou marchinha de carnaval, incorporou-se ao ideário popular como a defesa do patrimônio publico, que passou a considerar que o que era do Estado era do povo, independentemente de seu acesso a estes bens ou a seus benefícios e literalmente impediu a privatização do Estado, como acabou por acontecer em muitos países latino-americanos na mesma ocasião.

Mas, reunindo diversos setores da sociedade brasileira, a proposta da Frente Única vai ser marcada por divergências tanto sobre as estratégias e as táticas para seu encaminhamento, quanto sobre a sua abrangência e durabilidade.

Tais divergências se tornarão um dos marcos significativos que culminaram com a cisão do PCB e a formação do PC do B em 1962, embora, em tese, houvesse o reconhecimento de que os

> (...) objetivos nacionais e democráticos na luta atual do povo brasileiro, são extremamente diversas quanto ao seu caráter de classe as forças sociais que podem ser mobilizadas. Incluem o proletariado, os camponeses, o pequeno burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia e, em certas circunstâncias, setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados o monopólios imperialistas rivais dos consórcios norte-americanos. Todas essas forças possuem motivos para se unirem contra o político de submissão ao imperialismo norte-americano, embora sua conseqüência na luta antiimperialista não possa ser a mesma. Ao lado disso, existem, igualmente, entre elas interesses diversos e por vezes contraditórios. (doc.: Teses para discussão, 1960:08)

A despeito da intenção de aglutinar diversos setores sociais em torno de interesses comuns para o desenvolvimento do país, nas *Teses*, o PCB já se referia às possíveis dificuldades para se atingir tal objetivo, considerando até

que ponto essas forças sociais realmente poderiam estar caminhando de forma conjunta na construção da Frente Única.

> Ainda não foi atingido, entretanto, um grau de unidade que permite a coordenação efetiva das forças patrióticas e democráticas no plano da organização. O movimento nacionalista é, por isso, em certo grau, fluido e disperso, composto de diferentes correntes e tendências que se unem em certos momentos em torno de questões concretas, porém não seguem um plano unificado de ação nem mesmo possuem uma plataforma comum. Caracteriza-se também o movimento nacionalista pelo fato de que, contando com a simpatia de grandes massas trabalhadoras e populares, essas ainda participam pouco ativamente de suas lutas. Grandes camadas do povo não sentem até agora uma relação profunda entre os seus interesses vitais e as soluções de caráter geral que esse movimento preconiza. Essas debilidades se relacionam com o estádio incipiente em que se encontra o processo de Frente Única e com o fato de que na sua direção não se acham ainda as forças mais conseqüentes e mais ligadas ao povo. (doc.:Teses para discussão, 1960:08)

Além da fragilidade que os comunistas percebiam e que, deduzimos de suas falas, se colocava como inerente à formação mesma desta articulação, referiam-se ao potencial conflituoso vigente entre os componentes do movimento, dados os diferentes e antagônicos interesses.

> Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única democrática e nacionalista encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade de reunir forças as mais diversas não obstante existirem divergências entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, há luta. As forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões cada qual se esforçando por fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista. As contradições se manifestam, em primeiro lugar, no terreno da luta pela emancipação nacional. Certas forças da frente única se opõem ao imperialismo não por motivos circunstanciais, mas por interesses antagônicos: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a maioria da burguesia. Outras forças, ainda que se choquem também com o imperialismo e possam participar da frente única, em determinadas circunstâncias, o fazem por motivos de ordem secundária ou transitória. Estas forças incluem setores de latifundiários e da burguesia que constituem a ala mais vacilante da frente única inclinadas à conciliação e aos compromissos com o inimigo. (doc.: Teses para discussão, 1960:09)

Percebiam, portanto, que a união de operários e camponeses com latifundiários e empresários colocava no mesmo diapasão antagonismos estruturais e, mesmo lutando por um desenvolvimento mais nacionalista, as posições de cada classe se colocavam como inerentemente distintas – enquanto

para uns era um fator circunstancial, para outros se tratava de um luta que só terminaria com a superação das contradições de classe. Esta questão de fundo interferia, como não poderia deixar de ser, na discussão sobre o sentido mesmo da democracia e na definição das propostas para atingi-la. Ou seja, seria viável colocar como uma das bandeiras da Frente Única a questão da democracia? Vejamos o que tal pergunta implicava naquele momento.

> Outra ordem de contradições se verifica em relação às reivindicações democráticas. Importantes forças são partidárias de transformações democráticas radicais, tais como a reforma agrária e a completa democratização do regime político: a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, parte da burguesia. Uma ala da burguesia, embora admita em certa medida as transformações democráticas, adota posição vacilante em relação à reforma agrária e busca uma conciliação com os latifundiários. Há, finalmente, forças de frente únicas que se opõem às transformações democráticas: os setores de latifundiários e capitalistas que, embora mantendo posições nacionalistas, desejam conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário. (doc.: Teses para discussão, 1960:09)

Observa-se que a implantação da democracia guardava relação direta com a reforma agrária, ou seja, a composição monopolista da produção agrária teria que ser destruída de forma a liberar as forças produtivas e subordinar o campo às

necessidades da industrialização, sem o que não se avançaria na perspectiva revolucionária burguesa. No entanto, se para os proletários e demais trabalhadores, diziam as Teses, a reforma agrária era uma exigência primordial, para outros segmentos que estavam sendo chamados para compor a Frente, isto se colocava como um empecilho. E, pela correlação de forças apontada nas referidas Teses, observa-se quase que um equilíbrio neste antagonismo.

Assim, embora estas duas classes possuíssem o interesse em comum de desenvolvimento do país contra a dependência do capital estrangeiro, encerrava-se também aí a potencial aliança, em face de possíveis entrelaçamentos com a política imperialista.

> Sendo inerente ao desenvolvimento capitalista, a contradição entre o proletariado e a burguesia ganha importância à medida que se expandem as relações capitalistas, em que cresce e se concentra a classe operária, em que se fortalece a burguesia. A contradição entre o proletariado e a burguesia tem caráter antagônico e se expressa nas varias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. (doc.:Teses, 1960:07)

Seria este caráter contraditório da burguesia brasileira "*de um lado, encerra um potencial revolucionário e participa da luta antiimperialista, de outro lado, quando não consegue resistir à pressão imperialista, procura salvar seus interesses mediante acordos e concessões ao inimigo*" que, por um lado, a refreava em seu caminhar rumo a uma revolução que a livrasse dos grilhões e do

conservadorismo dos agraristas e, por outro, a fazia ampliar a "*exploração das massas trabalhadoras",* lançando *"sobre elas o peso das dificuldades que o país atravessa*va.

> A fim de resistir ao imperialismo e fortalecer suas posições políticas, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que o luta independente do proletariado ameace os seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. A burguesia é, por tudo isso, uma força revolucionária inconseqüente, que vacila e tende aos compromissos com os setores entreguistas e reacionários. (doc.: Teses para discussão, 1960:09)

Apesar de cientes de tais dificuldades, entendiam os comunistas naquele momento que tais conflitos e contradições não poderiam ser empecilhos para se atingir o objetivo principal de compor a Frente Única, atentando-se para o fato de que "*as contradições internas da frente única* (deveriam ficar) *subordinadas objetivamente à contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano*. As estratégias e táticas, portanto, deveriam caminhar cuidando-se para que, sem ocultar as divergências, fosse mantida a unidade. (Teses para discussão, pg 09)

Apesar de apontar para a unidade como prioridade em detrimento dos conflitos internos, os comunistas deixam claro que o objetivo da classe operária era

o de lutar para garantir a condução e a hegemonia da luta revolucionária sobre as forças consideradas vacilantes.

> *O proletariado industrial encarna as novas forças de produção, a forma de economia mais avançada, e é por essa razão o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira. (doc.: Teses para discussão,1960:06)*

Cabia, portanto, ao proletariado industrial, a incumbência de assumir como estratégia impulsionar as *"forças mais conseqüentes da frente única", denunciando as "hesitações dos setores conciliadores" e lutando "para anular sua influência, assumindo, assim, gradualmente, a vanguarda da luta antiimperialista e democrática e imprimindo-lhe um caráter mais firme". (Teses para discussão, pg 09)*

Por outro lado, os interesses da burguesia que estivessem voltados para o desenvolvimento do país deveriam ser destacados e apoiados, particularmente aqueles que tivessem um "caráter nacionalista", como as Federações das Indústrias, que emergiam para fortalecer o setor contra o conservadorismo dos latifundiários e também para fazer valer seus interesses contra as investidas do capital internacional. Ponderam os comunistas que com a participação de tais organizações, seria

> (...) possível promover iniciativas em defesa da indústria nacional, por medidas econômicas e financeiras de caráter nacionalista, pela

> ampliação do comércio exterior à área socialista, etc. As justas reivindicações nacionalistas da burguesia, apresentadas por essas organizações, devem receber apoio das massas dos operários, dos estudantes e de outros setores da frente única, a fim de impulsionar a burguesia nacionalista no sentido de uma resistência mais firme ao imperialismo norte-americano e seus agentes. (doc.:Teses para discussão, 1960:10)

Assim, o desenvolvimento capitalista do país voltado para o progresso nacional e a instauração de um governo de caráter democrático, nacional e popular torna-se o objetivo a ser atingido pela Frente, considerado como etapa preliminar para se atingir o socialismo.

> O capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda, precisa ter um conteúdo efetivamente nacional, precisa ser um instrumento de luta antiimperialista e de progresso econômico em beneficio do conjunto do povo brasileiro. A exploração capitalista será inteiramente eliminada pelo socialismo, mas a sua tendência constante ao agravamento pode e deve ser combatida ainda nas condições do desenvolvimento capitalista e da luta pela emancipação nacional. (doc.:Teses para discussão, 1960:12)

Considerando esses fatores, os comunistas também apontam para o papel que o PCB possui no desenvolvimento da Frente, tido como fundamental para que nessa aliança tenha conseqüência revolucionária. A questão que surge então é: que estratégias e táticas este partido deveria utilizar para levar a Frente a atingir tais objetivos?. É o que veremos a seguir.

IV- O PCB e a Frente Única

> *O fortalecimento da frente única e a conquista dos objetivos revolucionários dependem, em grande medida, da atividade do Partido Comunista. Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, de sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, na medida em que forem justos, elas acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer dentro da frente única através de processos democráticos. (doc.:Teses para discussão, 1960:09)*

A legitimidade desta liderança era arrogada pelo papel histórico do PCB na defesa de interesses da sociedade e dos trabalhadores em geral. Neste sentido,

traçam sua trajetória de lutas e proposituras desde sua fundação em 1922 mostrando a função social que havia sido cumprida pela organização na política nacional. Nesta retrospectiva, observa-se que não se eximem de apontar as atitudes que, em tempos de antanho, haviam contribuído para que outras tentativas de composição de classes que contribuíssem para a revolução fracassassem. Direcionava tais equívocos a segmentos de "tendências direitistas" existentes no interior do partido, as quais teriam empanado as decisões, confundido a articulação com a negação da luta, culminando com a desmobilização dos trabalhadores para continuar com tais estratégias

> Apesar dessas posições acertadas tinham curso na direção do Partido e impregnavam sua orientação política tendências direitistas. O Partido não tinha clareza sobre os objetivos programáticos, era obscura a questão do poder pelo qual lutávamos e, deste modo, parecia indefinido o caráter da frente de forças revolucionárias. ... O caminho pacífico era visto como um curso sem choques e conflitos, o que conduzia à desmobilização do Partido e das massas diante da reação que se reagrupava também no país e se empenhava em deter o processo democrático. Aos intentos reacionários, o Partido não respondia com a intensificação das lutas de massas, mas com apelos à ordem e tranqüilidade, quando a resistência organizada das massas era essencial para manter o próprio caráter pacífico do movimento. (doc.:Teses para discussão, 1960:13-14)

O refreamento, em 1947, das conquistas da legalidade obtidas em 1945 que levara suas lideranças novamente à clandestinidade , juntamente com a cassação do partido, foram apontados pelas Teses como de responsabilidade dos dirigentes e que culminara com "um esquerdismo" oficializado nos Manifestos de Janeiro de 1948 e no de Agosto de 1950[24], documentos que "*assinalam o período de elaboração de uma linha política caracterizada pelo esquerdismo e pelo sectarismo.* (doc.:Teses para discussão, 1960) Ou seja, o não reconhecimento de que havia uma divisão no interior da burguesia levara tais dirigentes a considerarem que eram todos inimigos a serviço do imperialismo, o que isolara a classe operária e desmobilizara os trabalhadores em seu conjunto. Assim, apesar das condições objetivas que se punham para uma articulação social que beneficiasse a revolução burguesa, a perspectiva mecanicista de entendimento da sociedade a impedira.

> Em face da crescente pressão econômica e política do imperialismo norte-americano no Brasil, surgiam condições para uma ampla frente única das forças nacionais em defesa de nossa soberania. Aplicávamos, no entanto, de modo mecânico ao nosso país a tese sobre a divisão do mundo em dois campos, considerando a serviço do imperialismo e da reação todas as forças políticas que não aceitavam as oposições radicais dos comunistas. Situávamos deste modo no campo do inimigo as forças intermediárias que vacilavam

[24] O Manifesto de Agosto era a proposta de uma Frente Democrática de Libertação Nacional que defendia uma ação direta de derrubada do governo recusando qualquer acordo ou aliança com a burguesia nacional e propondo a tomada do poder popular.

> ou se omitiam, mas que podiam ser ganhas para a luta antiimperialista. (doc.: Teses para discussão, 1960:14)

A crítica continua apontando que a incapacidade de, no passado, perceberem as possibilidades da conquista da democracia *pari passu*, no interior do desenvolvimento do próprio capitalismo , pelo acumulo de forças progressistas, teria levado o partido a tal sectarismo que acabara por isolá-lo das massas, "*abandonando as posições conquistadas no período da legalidade e se transformando num agrupamento de agitadores e propagandistas, dia a dia mais afastados da vida política do país"*.

> Por essa época firmou-se a opinião errônea de que não é possível avançar no caminho da emancipação nacional e da democracia sem, previamente, eliminar de modo radical o atual regime econômico-social. Esta tese negava a possibilidade de qualquer reforma de caráter progressista, eliminava o processo de acumulação de forças através de conquistas parciais e colocava como imediatos os objetivos radicais que devem coroar a luta revolucionária , constituindo a fonte das concepções de «esquerda» que passaram a predominar em nossa orientação política. (doc.: Teses para discussão,1960:14)

Ou seja, era como se tivessem tomado o Manifesto Comunista de Marx, que se referia às possibilidades de uma revolução do proletariado no século XIX,

após a revolução burguesa ter se concretizado a partir da França no século anterior, e subsumido a esta proposta, as reais condições de se atingir a democracia em um país como o Brasil, cuja burguesia se mostrava, até então incapaz de proceder à sua própria revolução, tanto por suas condições internas, quanto pela concorrência com o capital internacional e as ações imperialistas. A ironia é que, desta debilidade surgia seu fortalecimento no sentido do controle das forças sociais, já que se via obrigada a fazer articulações com os setores mais atrasados da sociedade, ou seja, os latifundiários. Assim, o Manifesto de Agosto que preconizara o desencadeamento da revolução a qualquer custo não poderia mais ser tomado como base para a continuidade da proposta da Frente Única.

> Em sua parte programática, o documento afastava-se da caracterização que fazíamos da revolução brasileira como uma revolução agrária e antiimperialista, ao propor a nacionalização das grandes empresas do capital nacional, medida de caráter socialista que não podia deixar de criar obstáculos à aliança com a burguesia. (doc.: Teses para discussão, 1960:14)

O Manifesto transformara-se, conforme vimos, no documento base para a elaboração do Programa Político do PCB, no IV Congresso realizado em 1954.

Assim, criticava-se a linha esquerdista adotada pelos comunistas até então, que preconizava uma ação revolucionária imediata, cuja estratégia

seria a adoção de uma postura radical, mas mantinha-se a mesma perspectiva, porém se alterava a estratégia. Ou seja, para se atingir a revolução socialista, seria necessário, antes, incluir a burguesa, o que levava à seguinte tática: proceder à aliança com a burguesia, mas na especificidade brasileira que demandava focar como inimigo central, no âmbito internacional o imperialismo e, internamente, nos resquícios do feudalismo.

Outra divergência em relação ao documento de 1954 foi o diagnóstico de que o desenvolvimento econômico permanecia estagnado e, pior, em um estágio de crescente colonização.

> (...) não apreciávamos corretamente as modificações que ocorriam na estrutura social e, concomitantemente, na vida política do país. Não percebíamos que a burguesia brasileira, interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, aumentava sua influencia não só nos partidos políticos e no parlamento como no próprio governo. (doc.:Teses para discussão, 1960:14)

Assumindo parte da responsabilidade pelos "erros" do passado, as teses demonstram como a *"participação da burguesia no poder mudava parcialmente o caráter de classe do Estado, bem como a natureza do governo*" e, portanto, não era correto, como se afirmara no passado, considerar apenas a força e a importância dos *"latifundiários e dos grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano"* na condução das políticas publicas.

> Não compreendíamos que a burguesia se esforçava para utilizar os órgãos do Estado a fim de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo nacional e, com isto, oferece obstáculos à dominação imperialista, gerando-se focos de atritos no aparelho estatal entre os interesses nacionais e os interesses monopolistas estrangeiros. (doc.: Teses para discussão, 1960:15)

A partir dessas críticas, os comunistas definem suas estratégias e táticas para auxiliar a burguesia a processar sua revolução e paulatinamente, chegar ao socialismo. É do que trataremos adiante.

IV - Da Revolução Burguesa ao Socialismo

O PCB se colocava entre os adeptos do que passou a ser conhecido como a alternativa socialista ao capitalismo e neste sentido desenvolve toda uma argumentação com o intuito de aprofundar o debate e viabilizar os esforços para que tal alternativa se concretizasse. Tais propostas foram reconhecidas por vários autores como a expressão de uma forma particular de revolução.

O diagnóstico sobre a possibilidade da transição do capitalismo ao socialismo se colocava para os autores da teses como uma alternativa que já se vinha concretizando a partir da União Soviética. Ou seja, reconheciam que o regime vigente naquele país era socialista e que este "*ultrapassou os limites de um só país"*, tendo-se convertido "*em um sistema mundial poderoso e florescente, oposto ao sistema capitalista em decadência".* Segundo indicavam,

> O sistema socialista já abarca mais de um terço da população do globo e demonstra sua superioridade sobre o capitalismo, assegurando um ritmo sem precedentes o desenvolvimento das forças produtivas e a elevação contínua do nível de vida material e cultural dos trabalhadores. Testemunham estes êxitos as conquistas alcançadas pela União Soviética no terreno econômico, científico e tecnológico, assim como os resultados atingidos pela República Popular da China e pelos outros países socialistas na construção da nova sociedade". (doc.: Teses para Discussão, 1960:01)

Considerando as necessidades vigentes nos países que, durante mais de 400 anos, haviam se configurando enquanto colônias e depois da independência ainda se mantinham dependentes e que agora se viam na condição de subordinados às forças imperialistas, os integrantes do PCB concluíam sobre a possibilidade de uma revolução socialista encontrar espaços para, em conjunto com os movimentos nacionais dos países dependentes, somar forças em suas lutas pela soberania.

> Forma-se deste modo uma frente antiimperialista que une os países socialistas. Os países libertados da opressão colonial, os povos que lutam por sua independência, o movimento operário e as forças progressistas dos próprios países imperialistas. A revolução nacional dos países coloniais e dependentes funde-se com a revolução

> socialista mundial, abalando os alicerces do sistema imperialista e privando-o de suas reservas. (doc.:Teses para discussão, 1960:01)

Na perspectiva mundial, que os comunistas consideravam favorável ao desenvolvimento socialista, a fusão entre os países socialistas e os países subdesenvolvidos seria a única força capaz de, nesta lógica, assegurar a paz e combater a política externa norte americana.

De fato, no pós Segunda Guerra Mundial e, em decorrência da particular configuração que assume a União Soviética, o mundo se dividira em dois grandes blocos que passaram a se digladiar pela hegemonia do poder político em todos os países, capitaneados, por um lado, pelos Estados Unidos e por outro, pela União Soviética. Em relação aos países que se colocavam como subordinados e dependentes, como era o caso dos países latino-americanos e em particular o Brasil, tal dinâmica significou uma massiva presença dos Estados Unidos pressionando para que os partidários da alternativa apontada pela União Soviética fossem debelados e neste sentido, investiu em todas as frentes nas quais lhe era possível intervir.

Como grande parte dos países terminou a guerra tendo seu desenvolvimento comprometido, os Estados Unidos se viram em situação relativamente privilegiada podendo investir na indústria que empregava ex-soldados e ainda ancorado pelos investimentos armamentistas por conta da guerra fria. Isso os levou, conforme aponta Leôncio Basbaum, a enfatizarem ações que aumentassem seu poderio na América Latina.

> Tranqüilizada internamente, garantidas suas posições na Europa, desiludida da Ásia, onde povos começam a dar sinais de independência, volta-se a nação americana para a América Latina, o "chinelo velho", onde povos atrasados e subdesenvolvidos continuavam dominados por governos corruptos ou corruptíveis, aonde os capitais podiam ser tranqüilamente exportados, pois não exigiam muito. (BASBAUN, 1985:197)

Ou seja, no âmbito das relações internacionais, a mesma estratégia de somar forças deveria ser adotada. Tratava-se de fazer frente à tática dos Estados Unidos de manter sua força econômica frente ao bloco socialista. Neste sentido propunham os comunistas que os países subdesenvolvidos, dentre os quais se encontrava o Brasil, deveriam se unir em prol de uma coexistência pacifica, pois só em conflitos seria possível transitar para o socialismo.

Partia tal estratégia da análise de que, depois da segunda Guerra, os partidos comunistas de modo geral estariam se re-alinhando, embora não houvesse, por conta do XX Congresso do Partido Comunistas Russo em 1956, consenso entre os partidos comunistas nos países do bloco socialista, sobre o modo como atuariam politicamente. A coexistência pacífica não foi adotada por todos os partidos como forma de atuação, sobre o que nos deteremos mais à frente.

> Em conseqüência, porém da correlação de forças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época o

> possibilidade real de Impedir as guerras. A causa da paz é defendida pelas forças mais poderosas o campo socialista que tem na União Soviética o seu baluarte mais potente; os países pacíficos da Ásia e da África, que adotam uma política antiimperialista e formam, juntamente com os países socialistas, uma vasta zona de paz; a classe operária de todos os países e sua vanguarda, os partidos comunistas; o movimento de libertação dos povos das colônias; das semicolônias; do movimento mundial em defesa da paz; dos povos dos países neutros da Europa e das massas populares dos próprios países imperialistas que nada têm a ganhar com um novo conflito mundial. As forças da paz podem impedir o desencadeamento da guerra pelos imperialistas e, no caso de sua deflagração, infligir aos agressores derrota esmagadora. (doc.;Teses para discussão, 1960:01)

Na realidade, pode-se perceber que o tema da paz adquiria mais de um sentido para os autores das *Teses* naqueles idos anos de 1960. Se por um lado, o tema da guerra fria polarizava o conflito mundial, por outro, isto significava para o PCB, aqui no Brasil, a ampliação da repressão, a manutenção do partido na ilegalidade desde os anos de 1947, apesar do discurso da democratização do país e particularmente nos anos do governo JK. Aliás, fôra neste período que a ação das polícias civis e militares mais vigiou e organizou dossiês contra quaisquer pessoas que tivessem alguma visibilidade pública de crítica à ordem vigente, com a justificativa de serem comunistas, conforme estudos recentes têm demonstrado e

também é desta época a colaboração de nossos órgãos de segurança nacional com os do governo norte americano.[25]

De fato, no sentido da crítica ao governo, do questionamento às políticas públicas, na denúncia de nossas mazelas sociais e capacidade de dar visibilidade pública às suas idéias, o PCB era o que mais se sobressaia. Particularmente no concernente ao debate sobre a dinâmica do capitalismo no Brasil.

Em face dessas circunstâncias tão contraditórias, ocorre o XX Congresso do Partido Comunista Russo, em 1956, três anos após a morte de Stálin, e esse foi marcado pelas mudanças na conduta da política soviética que, com Nikita Kruschev, então líder do governo russo, propunha a coexistência pacífica com os países do bloco capitalista. Nesse congresso Kruschev fez críticas contundentes ao seu antecessor através de um relatório que denunciava os crimes de guerra cometidos por Stálin, além de questionar o culto à sua personalidade - traço marcante daquele governo.

Assim, em meio à nova onda de revitalização do capitalismo internacional, aprofundam-se as discórdias entre os dirigentes, não só os do partido comunista soviético, como de todos os partidos comunistas do mundo ocidental. Aqui no Brasil a divulgação do relatório, assim como as mudanças na política soviética repercutem diretamente na discussão consubstanciada nas Teses que situa da seguinte forma tal período:

---

[25] HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política*: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

> Ao sobrevirem os acontecimentos que se sucederam ao XX Congresso, revelou-se, porém, a fraqueza da direção do Partido, que se mostrou despreparada, política, teórica e ideologicamente para enfrentar as questões apresentadas naquelas circunstancias. O Comitê Central e o Presidium não foram capazes de realizar uma análise séria e equilibrada das novas teses levantadas no XX Congresso e, especialmente, da crítica formulada ao culto à personalidade e aos erros do último período da atividade de Stalin. (doc.:Teses para discussão, 1960:16).

A partir deste acontecimento foram desencadeados no PCB os debates sobre os quais falaremos seguir, visando discutir e aprofundar a compreensão sobre tais divergências que culminam com a formação do PC do B.

Segundo Capítulo: V CONGRESSO: A PONTE PARA A RUPTURA

II- O V Congresso do PCB (1960.): encontros e desencontros sobre o desenvolvimentismo capitalista

Como vimos no capítulo anterior, o documento *Teses para discussão* traz para o debate a análise do PCB sobre a realidade brasileira e internacional considerando o desenvolvimento do capitalismo e suas implicações, principalmente sua relação com o bloco socialista que re-alinhava a direção de seus países para um novo momento político pós Stálin. Ou seja, o Partido Comunista da União Soviética havia delineado sua nova rota política e o PCB começou a traçar o caminho que seguiria a partir de então.

Após a publicação do documento referido no jornal *Novos Rumos*, por meio da sessão denominada *Tribuna de Debates,* os dirigentes comunistas começam a publicar suas análises e opiniões acerca dos assuntos levantados pelas *Teses.* A sessão mencionada era o espaço dado pelo Comitê Central do PCB, para que todos os militantes e dirigentes manifestassem suas opiniões e análises conjunturais. As *Teses*, por sua vez, deram início aos debates do V Congresso e tinham como referência a Declaração de Março de 1958.

É necessário explicar o significado deste documento para a melhor compreensão da pesquisa, pois considerando o entendimento de que os discursos aqui presentes são produzidos por sujeitos históricos, não devemos tomar nenhum documento como algo externo aos partícipes do contexto em questão. O termo

Teses pode dar margem a um sentido genérico e etéreo do discurso. Porém, este documento, em si, constitui as principais orientações elaboradas pelos membros do PCB sobre o que consideravam como mais importante para a conduta política que o partido adotaria após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956. Essas orientações seriam apreciadas por todos os membros que poderiam e deveriam se manifestar sobre elas para que, ao fim do Congresso, se chegasse a uma resolução política sobre o programa a ser adotado.

O documento, como vimos anteriormente, retoma o Programa de 1954 e faz críticas à linha política adotada pelo partido naquele momento, que pretendia uma postura revolucionária de caráter imediato devido à constatação de que o desenvolvimento do país sofria de estagnação. Dentro disso as *Teses* expõem as mudanças na estrutura social do país ocorrida com a industrialização, o que configura um divisor de águas com os diagnósticos anteriores e respalda as novas definições.

A questão que surge a partir daí é como os comunistas enxergaram este desenvolvimento que norteia suas definições sobre as estratégias no V Congresso em 1960.

Mauricio Grabois é o primeiro dirigente a se manifestar no debate, opondo-se às idéias apresentadas pelas *Teses,* embora concordasse com a análise de que a forma como se processava a industrialização do país não significava estagnação.

> Todavia, o Programa do PCB era unilateral, continha, ao lado de seus aspectos positivos, graves erros. Na análise da situação objetiva do Brasil, o Programa esposava teses profundamente falsas como a da estagnação da economia brasileira, quando no país se verificava acentuado desenvolvimento econômico, embora nos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra. (doc.: Maurício Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

O primeiro ponto em discussão levantado pelas *Teses* e corroborado na opinião de Grabois nos remete ao entendimento de como se processava o desenvolvimento do país no momento em que Juscelino governava o Brasil.

Conforme atesta a historiografia, o país, de fato, se industrializou modificando as estruturas sociais, porém, como vimos, sem alterar as relações sociais. A participação da burguesia e do proletariado nos rumos do país também adquire maior impacto. A primeira aumentava sua influência no desenvolvimento econômico e político, enquanto os trabalhadores permaneciam vivendo em extremas dificuldades e buscando se organizar para reivindicar seus direitos e garantir melhorias em suas condições de vida.

> É notório que, apesar do intenso desenvolvimento industrial dos anos 1956 a 1960, a burguesia industrial não conseguiu estabelecer sua

> hegemonia na sociedade política. Dependeu do Estado, que lhe assegurou a necessária parcela de transferência de renda da agricultura para a indústria, mas sem subordinar o setor agrícola; esse Estado lhe assegurou capitais externos para a expansão do parque industrial, mas garantiu essa entrada movido também por outra determinação, de caráter internacional (...), o que levaria a crescente subordinação da burguesia industrial a esse capital externo. (MARANHÃO, 1994: 48-49)

A diferença que pode ser observada neste período é de que, mesmo com este avanço da burguesia no interior de uma ascensão de produtividade industrial, esta não se mostrava uma classe com poder de influência nos rumos do Estado brasileiro, devido à grande abertura econômica ao capital estrangeiro, o que amplia sua dependência do capital externo.

> Entretanto, a especificidade política do Estado brasileiro, no que se refere às suas ligações com os setores produtivos, está em que os empresários de tais setores mantêm uma forte dependência das ações do Estado. Não constituindo formas sólidas de articulação na sociedade civil pelas quais pudessem veicular seus interesses, os setores empresariais têm necessidade de um acesso mais direto ao Estado, do qual dependem e dentro do qual são incapazes de estabelecer uma hegemonia efetiva de classe ou fração de classe. (MARANHÃO, 1994: 48)

Colocava-se, ainda segundo Maranhão, para o governo de Juscelino a necessidade de se compor com o capital estrangeiro, o que contribuía para viabilizar o Plano de Metas,

> ... numa situação em que o grande capital monopolista, em escala internacional, acelerava o processo de integração de economias periféricas dependentes, exportando crescentemente capitais para sua indústria. Contando com um vasto contingente de mão-de-obra barata, submetido à miséria secular dos países ex-coloniais, o Brasil passava a ser um terreno cada vez mais atraente para as grandes empresas multinacionais. . (MARANHÃO, 1994: 46)

Interessante notar que pela análise de Maranhão, a linha defendida pelo PCB no Programa de 1954 não estava equivocada e assim, a autocrítica feita por Grabois neste sentido não se sustenta, pois o país se via, no período Juscelino, com uma forte dependência do capital externo, a despeito do grande desenvolvimento constatado pelas *Teses.* A questão é que, para Grabois, a afirmação contida no Programa Político de 1954 , sobre a "*crescente colonização do país pelos imperialistas norte-americanos*" de que resultaria a transformação do Brasil em "*simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos*",

> não correspondia à realidade, uma vez que, apesar da crescente penetração imperialista no país, então se intensificava o processo de

> desenvolvimento capitalista e crescia o movimento em defesa da economia nacional, contra as investidas do imperialismo. (doc.: Mauricio Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Ou seja, para Grabois, haveria entre as Teses e o Programa Político de 1954 um primeiro debate , ao se pontuar que o Brasil estava consolidando um Estado fortemente dependente do capital externo devido à grande abertura promovida por Juscelino e como as percepções deste fato pelos comunistas teriam se modificado, e o que isso poderia significar de reais e efetivas mudanças no modo como país conduziria sua soberania.

Ou seja, para este autor, o aumento da participação do capital internacional na industrialização do país, não significaria que este

> perdia rapidamente suas características de nação soberana. Embora o governo brasileiro subordinasse sua política externa ao Departamento do Estado norte-americano, o país conservava sua independência política. (doc.: Maurício Grabois,Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Após concordar com a análise das *Teses* de que a conduta do PCB em 1954 havia sido equivocada no quesito relativo à estagnação econômica e

discordar das perspectivas apontadas sobre a dependência ou não do desenvolvimento nacional, Grabois passa a questionar o caráter progressista atribuído a este desenvolvimento e considerar até que ponto isto poderia ser afirmado. Para tanto ele retoma a *Declaração de Março de 1958.* Tal documento, conforme dito, fora produzido pelo PCB após o XX Congresso do PCUS, de 1956, e teve como principal intenção anunciar as modificações na ação do bloco socialista após a morte de Stálin, fato que repercutiu aqui no Brasil, dando início ás alterações no interior do PCB. A importância que o Documento de Março de 1958 teve na condução do PCB naquele período, na *Declaração* e nas discussões das *Teses* foi percebida por Ricardo Bielschowsky que, sobre o assunto assim se referiu.

> A Declaração de Março, de 1958, é o documento do PCB que legitima a tendência liberalizante que, desde 1954, processava-se com um ímpeto que rapidamente destruiu a resistência dos dirigentes mais ortodoxos. ...Com a Declaração de março, a direção do PCB oficializava entre seus membros o engajamento na vida política em plena fase de maior avanço democrático de toda a história brasileira, ou seja, o período 1958-64. O V Congresso do PCB, realizado em 1960, reafirma todos os pontos fundamentais do documento de 1958. (BIELSCHOWSKY, 1996:192-193)

Grabois retoma deste documento as assertivas sobre o desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, em que pese o processamento de um desenvolvimento capitalista nacional de cunho progressista, no interior de uma estrutura atrasada, calcado no "*incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas",* tal desenvolvimento não "*conseguiu eliminar os fatores negativos que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano*[26]*"* (doc.:Declaração de Março, 1958). Assim, concluía a Declaração, a "*independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica"* o que levaria a um inevitável antagonismo com o *"capital monopolista estrangeiro"* à medida que o capital nacional avançasse.

> Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de

[26] *Os investimentos diretos norte-americanos aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.107,0 milhões de dólares em 1955. Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos, Mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país. (Declaração de Março, 1958)*

> contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece. (doc.:Declaração de Março, 1958)

A linha política a ser adotada pelo PCB era, no início das discussões no V Congresso, o ponto de maior controvérsia entre os dirigentes comunistas. Sobre esta questão, os dois principais documentos elaborados pelo PCB, a *Declaração de Março e as Teses*, se complementavam sobre esta questão e sobre isto, assim se manifesta Gorender:

> ... foi a *Declaração* o primeiro documento oficial do Partido que tomou em consideração o processo objetivo do desenvolvimento capitalista no Brasil, embora tal processo já tivesse não menos de um decênio de peculiar aceleração. É curioso registrar que, precisamente em 1954, quando o Programa aprovado no IV Congresso, falava em «estancamento» e em «atraso crescente», a produção industrial do país apresentou um dos seus mais altos índices de crescimento. «Revista Brasileira de Economia», março de 1959:21). (doc.: Jacob Gorender, Crítica ou falsificação, 1960:03)

Embora Grabois concordasse com o teor do desenvolvimento, critica a Declaração considerando que ela "*embeleza*(va) *o capitalismo",* esquecendo-se que o capital internacional também participava do desenvolvimento, que se dava, como iremos observar adiante de acordo com as observações apontadas pelos autores, por causa da entrada destes capitais e não a despeito da influência

imperialista. (doc.: Mauricio Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Mesmo ao considerar como o capital externo esteve presente no surto desenvolvimentista, a Declaração permanece atribuindo caráter antiimperialista para capitalismo brasileiro. Sobre essa relação Grabois aponta:

> A dependência do país ao imperialismo norte-americano tem como sustentáculos sociais os latifundiários e uma parte da burguesia. Os Imperialistas dos Estados Unidos são o ponto de apoio das forças mais reacionárias da sociedade brasileira. Ao imperialismo interessa a manutenção do monopólio da terra. No passado, foi através dos latifundiários que entrou no Brasil o capital monopolista estrangeiro e hoje é ainda em grande parte neles apoiada que se realiza no país a exploração imperialista norte-americana. Em particular, serve aos monopólios ianques a parte dos latifundiários que com eles têm ligação por vender sua produção no exterior e depender daqueles monopólios para dar salda aos seus produtos. (doc.: Mauricio Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Portanto, detectava-se uma situação paradoxal: se de um lado houve um grande desenvolvimento devido aos investimentos e à industrialização, por outro este se deu oferecendo ao capital externo um enorme poderio que tornava inclusive a burguesia industrial dependente do monopólio imperialista. A entrada do capital estrangeiro era decorrência, portanto, de uma política e não uma

condição inerente ao desenvolvimento. Ou seja, conforme pondera Lucio Flávio, uma política fundada no nacional-populismo que redefinia a dependência, mas não a eliminava. *(*ALMEIDA, 2006: 94)

Ou seja, mesmo no interior do debate acadêmico, busca-se explicitar o papel do estado naquele momento e sua relação com tal modelo de desenvolvimento. Assim como Almeida, para Maranhão, o Estado se configurava naquele momento, por uma dubiedade evidenciada por indefinições quanto aos segmentos sociais que nele se faziam representar. Para este autor, a fragilidade da articulação da sociedade civil se manifestava na necessidade que "*os setores empresariais"* tinham de ter acesso "mais direto *ao Estado, do qual depend*(iam) *e dentro do qual* (eram) *incapazes de estabelecer uma hegemonia efetiva de classe ou fração de classe*"

> (...) Um Estado, enfim, que não pertencia efetivamente a essa burguesia, mas representava também interesses do setor agrário e dos grupos exportadores/importadores, além de precisar assegurar migalhas da renda e pequenos benefícios à classe trabalhadora, para legitimar e fortalecer o grupo no poder.(MARANHÃO, 1994:48-49)

A mesma indefinição é vista no que diz respeito aos trabalhadores, para os quais se volta a análise de Maria Victória Benevides que conclui que a necessidade que Juscelino via de ajustar o desenvolvimento do país com apoio

popular, se devia à maneira conturbada com que chegara à presidência da República.

> Juscelino Kubitschek assumiu a presidência numa situação de "legitimidade" contestada, oposição radical, queda da taxa de crescimento, crise econômico-financeira gerada pela herança de uma estrutura de produção caótica, de desequilíbrios e graves pontos de estrangulamento (...). Como fim último, propunha elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego, visando um "futuro melhor", ponto devidamente enfatizado pelo presidente em sua campanha eleitoral e nos discursos ao longo do governo.(BENEVIDES, 1976: 210)

Isso posto, no debate entre os comunistas, naqueles idos de finais da década de 1950, a interpretação que os dirigentes do PCB fizeram do Estado brasileiro no interior deste desenvolvimento teria sido mais um dado entre as divergências que levaram à cisão, gerando o PCdoB nos anos de 1960?

Como já discutimos no primeiro capítulo, observavam as *Teses* a significativa transformação na composição das classes e sua complexidade, particularmente no concernente à burguesia, e suas relações com os latifundiários e o proletariado, cujas relações de trabalho acompanham tal transformação submetida à evolução tecnológica. Também a Declaração já havia se remetido à representação política do Estado brasileiro, na busca de explicitar quais eram os segmentos sociais contemplados pelo governo Juscelino.

A Declaração, por sua vez, ia ao encontro das observações dos acadêmicos acima citados, afirmando que a representação do Estado nacional passava por diversos matizes onde os interesses políticos não estavam definidos.

> O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe reapresentados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal... (doc.: Declaração de Março, 1958)

Neste ponto, a afirmação sobre a burguesia se confirma pela observação já vista aqui, de Maranhão, de que esta se encontrava dependente do capital externo, o que a colocava num papel político coadjuvante que possivelmente não a agradava.

A questão que se abre é se de fato esta burguesia desejava que houvesse um desenvolvimento nacional independente, como enxergava o PCB, e que incorporasse dessa maneira a classe operária num processo progressista de emancipação do Brasil. Já pontuamos no primeiro capítulo a caracterização da burguesia, bem como o setor latifundiário e a classe operária e o grau de

complexidade para o qual estes segmentos evoluíram a partir do surto industrial e tecnológico. Sobre a questão acima a Declaração considerava que.

> O capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais. (doc.:Declaração de Março, 1958)

Neste ponto a *Declaração* enfatizava que havia uma política favorável aos países imperialistas, porém seguia afirmando que o capitalismo brasileiro ou capitalismo de Estado adotara uma linha antiimperialista.

Ora, ao fazer tal diagnóstico, os autores da *Declaração* não levaram em conta uma das mais importantes medidas governamentais que favoreceu amplamente a entrada do capital externo no país. Trata-se da *Instrução 113*, que foi implantada logo no início do governo JK, em 1955, que tinha o intuito de facilitar aos investidores estrangeiros o acesso a equipamentos industriais fazendo com que os industriais brasileiros a eles se associassem possibilitando inúmeras facilidades econômicas. Este dado contribuiu bastante para esta forte tendência a uma política de desenvolvimento dependente dos países imperialistas, agravando-se os problemas sociais para o que, na visão da Declaração e de Grabois contribuíram também as já citadas contradições entre a *"penetração do capitalismo na agricultura* (...) e a "*conservação do monopólio da terra e das*

velhas relações semifeudais" que garantiram as condições para a imposição de um "*grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo"*. (doc.: Declaração de Março, 1958) e (doc.: Mauricio Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Assim, a suposta existência de resquícios semi-feudais nas relações de trabalho no campo aliada à influência imperialista são vistas como as causas das enormes dificuldades sociais. Já apresentamos a discussão sobre a existência ou não de fatores feudais no capítulo anterior, principalmente a partir das análises de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré. Não é objetivo deste trabalho entrar no mérito desta questão, porém a apresentamos para mostrar que não havia consenso sobre ela e o que é mais importante neste caso, demonstrar que, tanto na Declaração de março como na visão de um de seus críticos, Maurício Grabois, observa-se uma mesma linha de pensamento sobre a questão.

Continuaremos com a percepção de como estes autores viam a relação de dependência e a configuração das classes sociais e sua relação com o governo. No período Juscelino a burguesia se vê, como mostramos, com seu grau de influência na política nacional bastante restringida devido ao desenvolvimentismo e a abertura ao capital estrangeiro. Em suma, estava atrelada ao curso que este processo capitalista desenvolvia no país. Mas por se tratar de um segmento cuja função social historicamente se constituiu através do domínio da produção e do mercado, ou seja, constituiu o empresariado nacional se responsabilizando assim pela empregabilidade da sociedade que lhe vendia sua força de trabalho, esta mesma burguesia não poderia ficar absolutamente indiferente às dificuldades

vividas pela sociedade, em especial a da classe trabalhadora. No entanto, nesse jogo de forças entre a burguesia e a classe operária, e o posicionamento da primeira sobre o desenvolvimento do país, historicamente aquém no atendimento das necessidades do proletariado, prosseguiu na maior na parte das vezes como sendo unilateral e de abstenção de responsabilidade. Sobre isso, Edgar Carone observa:

> Como no passado, a burguesia volta-se para a questão social, reconhecendo a sua realidade, nem sempre de maneira total e objetiva. O fato de levantar a questão, aparentemente, significa que há interesse em resolver os problemas concretos, porém as soluções propostas giram em torno de medidas paliativas ou são opções nas quais a responsabilidade da questão não cabe à classe e, sim, ao Governo ou ao próprio proletariado. Desta maneira, como no passado, a burguesia se descarta de uma obrigação histórica, pela qual ela nega ser responsável ou uma das responsáveis. A argumentação neste sentido aparece sempre quando se tratou das leis sociais ou quando levantou-se a questão do ensino profissional, momentos em que a burguesia se recusou a aceitar a responsabilidade em favor dessas iniciativas, transferindo-as ao governo ou negando-as, porque o operariado passa a ser o culpado pela situação material em que se encontra.

Segundo ainda este autor, a expressão desta desresponsabilização da burguesia para com os problemas sociais que deveriam ser resolvidos através do Estado se manifestava na fala de um de seus representantes, para o qual

> qualquer problema social de habitação, alimentação, educação, saúde, etc, pode ser resolvido '*sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política sejam subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos às sensibilidade e à formação histórica nacionais'*. Afastando-se, desta maneira, todo componente e experiência histórica estrangeiros, Roberto Simonsen mostra que a burguesia é capaz de dar ao problema soluções próprias,... Os exemplos são as fundações Senai e Sesi, obras que honrarão o patronato brasileiro. (CARONE, 1985:157)

Considerar este aspecto da conduta da burguesia no jogo de forças com a classe operária é fundamental para entender as pretensões do PCB na tentativa de realizar um processo revolucionário em meio ao desenvolvimentismo que o país presenciava nos anos cinqüenta. Mesmo porque o desenvolvimento capitalista no Brasil, ao passo que promove o crescimento da burguesia, é atrelado também à produção agrária, e conseqüentemente à classe agrária, mais precisamente aos grandes latifundiários, ancorados no monopólio da terra, que ainda mantinham sua influência política e econômica. Percebemos na análise de Grabois sobre a Declaração a constatação deste fato.

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação. (doc.:Declaração de Março, 1958)

A estrutura agrária do Brasil é constituída, portanto, pela grande propriedade de tipo atrasado — o latifúndio — que predomina esmagadoramente: pela pequena propriedade existente em áreas reduzidas do país: por algumas plantações de cultivo de tipo capitalista: e por <<ínfima parcela» — o minifúndio — disseminadas em várias regiões do território nacional. O latifúndio e as relações dele decorrentes são um dos principais obstáculos ao progresso do país. O grande proprietário de terra, devido á existência de milhões de camponeses sem terra, prescinde do emprego da técnica e das máquinas, o que contribui para o fraco rendimento da produção agrícola. Esses milhões de brasileiros sem terra possuem um baixíssimo poder aquisitivo, o que constitui um freio do

> desenvolvimento do mercado Interno e, conseqüentemente, um entrave ao progresso Industrial. É imperiosa, assim, a liquidação dessa estrutura retrógrada. (doc.: Maurício Grabois Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Como vimos no capítulo anterior, a formação histórica do Brasil se baseou essencialmente numa economia em que o café era o grande produto nacional. Essa economia agro-exportadora e principalmente monocultora até o início do século XX, dominada pelo grande latifúndio, contribuiu para gerar no meio rural, relações de trabalho bastante precárias transformando o agricultor em mão-de-obra barata à mercê de uma política coronelista que marca com muita evidência a estrutura social do campo. Carone observa que, apesar da urbanização e da interpenetração do modus vivendi nos estados mais prósperos e, apesar da "*maior parte das novas gerações*" agrárias passar a ter "*vivências e interesses urbanos muito mais acentuados do que nos períodos anteriores*",

> ... a conquista de novo espaço pelos grupos oligárquicos não impede que subsistam as suas eternas ligações afetivas de interesse familiar e político com a terra, com a conseqüente preservação de redutos eleitorais. Quem conserva todas as características anteriores da classe são as camadas oligárquicas dos Estados mais pobres: neles, a figura do coronel, a pessoa do chefete político, o fenômeno do

> mandonismo persistem quase no seu modelo clássico. (CARONE, 1985:138)

O país passa então a constituir em sua estrutura social uma burguesia industrial e comercial bastante crescente e dependente do capital externo que oferece seus investimentos também à produção agrícola. O governo Juscelino promove assim um desenvolvimento capitalista gerido pelo investimento externo de países poderosos economicamente, sem resolver as graves questões sociais que continuam produzindo muita desigualdade. O Estado é dúbio, como vimos, fruto de uma política que tenta abarcar interesses antagônicos e isto se expressa na composição partidária capaz de interferir nas políticas públicas.

Quando Juscelino governava o país, os partidos mais representativos eram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a, União Democrática Nacional (UDN). No PSD e na UDN estavam representados os empresários, comerciantes, a burguesia, as oligarquias, os segmentos considerados como os mais conservadores e confortáveis diante da estrutura social do país. Os três partidos surgem ainda no período Vargas, mas com direcionamentos distintos, pois enquanto a UDN aparece para fazer oposição a Vargas, e principalmente suas medidas mais progressistas, o PSD representava a base de governabilidade que contribuía também na sustentação do governo Juscelino. Este era o quadro político em que o governo se encontrava no momento, e nos serve de referência para entender numa linha mais geral a relação entre as forças da burguesia e os latifundiários. Não aprofundaremos a relação entre esses partidos.

Contudo, voltando às análises feitas pela *Declaração* e às observações de Grabois, notamos que a primeira idéia que vem à tona no V Congresso do PCB dizia respeito às questões sobre a soberania do país e de como ela estava inteiramente atrelada à abertura promovida pelo governo Juscelino e em última instância ao forte poderio dos grandes países desenvolvidos. Percebemos a dificuldade dos comunistas em alcançar uma elaboração mais precisa sobre quais eram de fato as relações de causa e efeito entre o desenvolvimento capitalista do Brasil e a influência imperialista nos rumos políticos e econômicos, pois deduzimos aqui a partir dos estudos apresentados pelos autores que não havia uma contradição entre ambos. A polêmica entre Gorender e Grabois evidencia este desencontro de análises.

> *Basta-nos citar um trecho, da tese 23: -As diferentes contradições, que a sociedade brasileira encerram, não atuam em compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no pais. Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição antiimperialista o caráter principal dela fazendo depender a solução de todas as demais contradições, que, assim, adquirem o caráter de subordinadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico aprofunda também a contradição*

*agrária, pondo em relevo a necessidade de urgentes transformações na estrutura da propriedade da terra (grifo * nosso — J.C.) (GORENDER, A oposição esquerdista e a contradição principal, 1960 : 06)*

Nesta observação podemos notar a análise feita onde se coloca o desenvolvimento econômico brasileiro como ilustrativo de uma suposta contradição com o capital externo, ou seja, o imperialismo.

"Este processo intensificou-se após o término do conflito mundial com a grande afluência de capital estrangeiro, resultante da redução do campo de investimento dos paises imperialistas". E conclui aquele item com o seguinte; **"Verifica-se, assim, um acentuado desenvolvimento econômico no pais, o qual resulta, de uma parte, do crescimento do capital nacional e, da outra parte, do incremento, sem precedentes,das inversões de capital estrangeiro, principalmente norte-americano."** *(GORENDER, A oposição esquerdista e a contradição principal, 1960 : 06) (grifo GRABOIS, Duas concepções duas orientações políticas pg 03)*

Aqui observamos, através de uma citação de Grabois pelo próprio Gorender uma percepção mais precisa da relação entre desenvolvimentismo e o capital estrangeiro imperialista.

A luta pela democracia: estratégia rumo ao socialismo

A idéia permanente de um desenvolvimento progressista e antiimperialista do capitalismo brasileiro durante o V Congresso vai servir como referência para que o PCB comece a elaborar a sua estratégia política visando a um processo revolucionário no país e como esse seria efetivado de fato, considerando o quadro que se apresentava naquele momento, a começar pelas relações internacionais entre os países.

Para tal, é apresentada a argumentação de que se vivia um novo período em termos das condições de participação na sociedade, portanto, uma democracia. Tal condição, no olhar dos dirigentes comunistas, adquire uma consistência diferenciada devido ao término da II Guerra Mundial e pela ascensão do bloco socialista. Isso criava uma atmosfera bastante favorável para um relacionamento entre os países ideologicamente antagônicos. Vejamos a análise da Declaração:

> A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo em nosso país:as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto ainda perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais. Tudo isso explica por que, no curso da vida política recente do país, as forças nacionalistas e democráticas se colocaram ao lado da Constituição, como sucedeu a 24 de agosto de 1954 e a 11 de novembro de 1955, ao passo que as forças golpistas pró-imperialistas atentaram contra ela. (doc.: Declaração de Março, 1958)

Este quadro aparentemente democrático, por circunstâncias políticas nacionais e internacionais supostamente favoráveis ao avanço socialista, colocado pelo

documento, é referendado dois anos depois pelo PCB, através das Teses para discussão:

> A atual correlação de forças no plano internacional, o desenvolvimento ascensional do socialismo e do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem influência favorável ao crescimento das forças antiimperialistas e democráticas no Brasil. (doc.:Teses para discussão 1960:03)

Assim, a questão democrática conforme apresentada pela Declaração, remete ao entendimento da composição do proletariado, classe que tinha como representante político o PCB, considerando, como vimos no início desta pesquisa, que esse partido surge da necessidade de ampliar a organização dos trabalhadores e que o mesmo se colocava como vanguarda dessa classe social.

Nos anos 50 a classe operária, conforme apontado, passa por "*profundas transformações (...), não só por causa de mudanças estruturais no processo industrial, com a introdução de bens de produção, mas, também, pela renovação de seu contingente étnico, pela valorização de novas problemáticas ideológicas e outras razões"* .(CARONE, 1985:171). Mesmo sem ter superado muitas de suas questões fundamentais, "*fatores objetivos e subjetivos determinam novos comportamentos de classe*"(idem) e assim esta adquiria maior organização, de

que eram expressão os congressos sindicais que visavam pressionar o governo no atendimento às suas reivindicações.

No intuito de frear o avanço do movimento operário e para evitar um possível endurecimento da luta de classes e conseqüentemente um possível processo revolucionário, órgãos da classe patronal exercem a função de difundir que o desenvolvimento abarcava os interesses burgueses e os da classe operária. O discurso nacionalista e democrático fomentado, por exemplo, pelo ISEB, foi um dos que buscou colocar que as contradições sociais poderiam ser solucionadas ou atenuadas através de uma suposta harmonia social e que a unidade nacional seria o caminho a ser seguido. Koval apresenta uma reflexão sobre este pensamento:

> Os principais ideólogos do nacionalismo brasileiro (H. Jaguaribe, S. Magalhães, C. Furtado) exortavam os trabalhadores a renunciar à luta de classes, que na opinião deles apenas dificultava a união das forças antiimperialistas, trazia ao movimento nacionalista de massas apenas contradições e dificuldades supérfluas. (KOVAL, 1982: 447).

Esta linha de pensamento que buscava orientar a classe operária para uma unidade nacional também é mencionada pela *Declaração,* que enxergava em sua análise o caráter progressista da burguesia e do capitalismo brasileiro.

> A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição

> não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. (doc.: Declaração de Março, 1958)

Vimos anteriormente também a política de Juscelino de perseguição aos trabalhadores e comunistas, a Operação Pan Americana, que demonstrava ser o período democrático e de unidade entre as classes sociais bastante questionáveis.

A questão é que o PCB que se demonstrou claudicante durante o período Vargas, adotara posição diferente e contribuiu para a eleição de Juscelino. Os comunistas, através da chamada *Frente de Novembro*, haviam procurado aproximar-se dos setores militares que contribuíam para a sustentação da política desenvolvimentista, encabeçada pelo Ministro da Guerra, General Teixeira Lott. Apesar desse apoio, naquela conjuntura de guerra fria, o governo Juscelino manteve uma clara política de repressão e de combate aos comunistas ao mesmo tempo em que lhes fazia concessões. É o que podemos notar na observação de Lúcio Flávio:

> Decididamente, Kubitschek era um anticomunista...Assumia tons de guerra fria. ... traçou um amplo esboço do que viria a ser conhecido como o Plano de Metas. No item “combate às ideologias extremistas”, classificou o comunismo como a ideologia que maior preocupação causava aos poderes públicos, “em virtude de seu caráter notoriamente antidemocrático e de suas táticas insidiosas”. O

> governo combatia o comunismo diretamente, combatendo as “idéias que propagam” e “aprovando medidas que assegurem a permanente defesa do regime e das instituições democráticas contra a ação perniciosa daqueles agentes”. (Kubitschek, 1957:115-116) (...) o presidente explicitou que seu governo também combatia indiretamente o comunismo, “pelo fomento intensivo da riqueza nacional, pelo aumento da produção, pela elevação do padrão de vida dos nossos trabalhadores e por meio de “outras realizações de caráter social e econômico em benefício dos trabalhadores da cidade e dos campos”. (ALMEIDA, 2006: 201)

Neste quadro percebemos com bastante evidência a posição de Juscelino no sentido de que o combate ao comunismo significava, antes de tudo, uma política social baseada no atendimento de algumas demandas trabalhistas e algumas melhorias que não alteravam a estrutura social, mas cujo intuito era evitar um agravamento das contradições que pudessem servir de motivação para possíveis embates entre o governo e a classe operária sob a liderança dos comunistas.

Pois é esse enredo político que o PCB percorre e no meio do qual busca traçar seu rumo político.

Retornando ainda ao que vimos nas Teses, percebemos o equívoco na análise sobre a suposta evolução democrática vivida no Brasil. No entanto, o documento aponta de maneira mais precisa para a determinante influência

estrangeira no desenvolvimentismo brasileiro superando a análise feita pela Declaração. Isso é observado por um dos críticos da *Declaração*, Pedro Pomar.

> Diante do desenvolvimento capitalista no país, a Declaração, tentando corrigir nossa posição anterior, caiu, entretanto no objetivismo, na exaltação ao capitalismo. Em virtude das criticas levantadas no Partido contra essas idéias da Declaração, as Teses são mais comedidas nas loas ao desenvolvimento. Embora este já não seja apresentado como «o elemento progressista por excelência da economia brasileira», as Teses falam, agora, no elemento progressista e dinâmico, e afirmam que o desenvolvimento capitalista nacional aumentou seu ritmo como fruto de seus próprios ' impulsos internos> (T e s e 12). É certo que as Teses são, neste aspecto, um avanço em relação a Declaração, pois chegam a reconhecer que o curso do processo de desenvolvimento capitalista "se caracteriza pela tendência predominante de adaptação desse processo à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra*" «Tese 16». (doc.:Pedro Pomar, Análise marxista ou apologia do capitalismo? 1960:03)

O caráter progressista do capitalismo daquele momento também era afirmado por Pomar em seu discurso, no qual faz um adendo a respeito de qual

deveria ser a postura do PCB, considerando os problemas da política de Juscelino para com os trabalhadores e os comunistas.

> O desenvolvimento capitalista é um fenômeno objetivo, que se dá independente de quem quer que seja. É certo que nas condições brasileiras é progressista. Mas à classe operária e ao seu Partido incumbe encarar o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses e suas tarefas revolucionárias, e não prosternar-se diante dele. Já Lênin, em 1893, numa conferência intitulada, «A propósito da chamada questão dos mercados- criticava Herman Krasslit, por ter destacado unicamente o aspecto progressista do capitalismo, sem considerar as contradições a ele inerentes, o aumento da miséria e a ruína das massas trabalhadoras. (doc.: Pedro Pomar, Análise Marxista ou Apologia ao Capitalismo, 1960:03)

Decerto que Pomar entra numa discussão que diz respeito ao caráter mais amplo do próprio conceito de capitalismo e não é o intuito aqui entrar nas questões complexas desta abstração.

Estamos analisando os rumos tomados pelo Brasil no período Juscelino, e o que permitiu de fato o avanço industrial e as conseqüências disso naquele período. Sobre o capitalismo em seu conceito próprio podemos retomar a elaboração feita por Marx apenas para demonstrar a limitação desta observação de Pomar. De acordo com este autor, o capitalismo é um processo objetivo, porém, que se fez pela evolução das relações de produção que culminaram para o

fim do feudalismo na Europa e envolveu diretamente as classes sociais, e, portanto, se desenvolveu na dependência e na relação direta entre estes segmentos sociais. Feito esse parêntese, a questão a ser recolocada é a posição que deveria ser assumida pelo PCB naquele momento e de qual deveria ser a conduta dos comunistas em relação ao proletariado.

Apesar das mudanças na trajetória comunista até aquele momento, e, apesar de seus interesses de união entre classes, pudemos notar que a questão democrática era bastante questionável e inconsistente em termos da participação real e efetiva das classes trabalhadoras. Assim, a desejada participação comunista nesse sentido encontrou a resistência na postura conservadora de Juscelino, das classes burguesas nacionalistas e dos latifundiários. A Declaração, portanto, foi referência para discussão e debate que suscitaram as *Teses*. Gorender ainda enfatiza o olhar que possuía sobre sua importância:

> A Declaração encerra para nós a importância de ter marcado o momento de reviravolta na orientação do Partido. Foi seu papel sistematizar uma série de opiniões extremamente valiosas, que vieram à luz no debate posterior ao XX Congresso do PCUS. A Declaração não constitui, assim, o resultado de misterioso conluio, imposto de surpresa ao CC, como dizem alguns camaradas, mas a síntese do processo de elaboração coletiva e pública de que

> participaram centenas de companheiros, em todo o pais. Mas a Declaração foi e não podia deixar de ser apenas o ponto de partida, a primeira aproximação para a formulação de uma linha política correspondente à realidade concreta da sociedade brasileira e da situação internacional em presença. Seria absurdo que fizéssemos da Declaração tabu semelhante ao Programa do IV Congresso e com ela paralisássemos a elaboração da nossa linha política. Da prática da nova orientação, da continuação dos estudos e pesquisas e do desenvolvimento dos processos objetivos, em particular das lutas de massas deviam ser extraídos novos elementos essenciais, que, incorporados à linha política, tornam-na mais profunda e multilateral, mais concreta e precisa. Não há, portanto, nada de surpreendente que as Teses formulem de maneira diferente e mais rica uma série de questões sem que isto entre em contradição formal com a afirmação, que consideramos justa, de que a Declaração foi comprovada nos seus aspectos essenciais. (doc.: Jacob Gorender, Crítica ou falsificação, 1960:03)

É necessário colocarmos aqui mais alguns aspectos das Teses. Gorender vai afirmar:

> Vejamos, então, como efetivamente é realizado este exame, que corresponde ao capitulo II das Teses. Inicia-se o capitulo II com a

Tese 9, que tem caráter introdutório do estudo dos fatores fundamentais adversos ao progresso do pais. A Tese 10 faz extensa exposição da espoliação de nossa economia pelo imperialismo norte-americano. Na Tese 11, encontramos não menos extensa análise da estrutura agrária brasileira, baseada predominantemente na grande propriedade de tipo atrasado. A Tese 12 se refere aos fatos que comprovam o desenvolvimento econômico do país nos últimos vinte anos, dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo e do monopólio da terra, concluindo, porém, que o Brasil apresenta ainda índices de país subdesenvolvido. A Tese 13 mostra que o capitalismo de Estado tende a assumir, no Brasil, formas nacionais e progressistas, mas aponta, no mesmo tempo, que persiste a influência do imperialismo em algumas formas de capitalismo de Estado. A Tese 14 estuda o processo inflacionário e trata expressamente, à base de dados oficiais, da pauperização absoluta e relativa da classe operária. A Tese 15 trata do extremo aprofundamento das desigualdades regionais, indicando a situação de miséria e atraso em que se encontram o Norte e o Nordeste. A Tese 16 tem caráter conclusivo e expressa o que é a idéia central de todo o capitulo: o curso atual do desenvolvimento econômico agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira sem ser capaz de superá-las. Assim, pois, em oito teses, apenas duas — As de número» 12 e 13 — são dedicadas à exposição do que se pode considerar os aspectos progressistas do desenvolvimento

> econômico, fazendo-o, porém, com o necessário espírito critico. As demais teses, em número de seis, são destinadas exclusivamente a indicar e estudar os aspectos de indubitável natureza negativa, que devem ser removidos pela luta revolucionaria. Aí está, fundamentada e rigorosa, genuinamente proletária, a nossa ata de acusação do desenvolvimento capitalista no Brasil. (doc.: Jacob Gorender, Crítica ou falsificação, 1960:03)

Nessa observação, Gorender pontua como as Teses colocam os problemas do desenvolvimentismo brasileiro com mais profundidade, buscando atentar para aquilo que considera como uma denúncia efetiva do capitalismo brasileiro enxergado sob o prisma da classe operária. Trazemos esta observação para dar ênfase àquilo que veremos no próximo capítulo, e que dirá respeito ao principal foco do V Congresso e ponto de desencontro entre os comunistas. Trata-se das visões que os dirigentes irão mostrar sobre que papel a burguesia e o proletariado deveriam representar num possível processo revolucionário que de fato colocasse em cheque a forte influência dos países imperialistas no Brasil, e que permitisse um avanço das melhorias na vida da classe operária e conseqüentemente no seu papel dela como protagonista efetiva do desenvolvimento nacional, democrático e soberano da nação.

Terceiro Capítulo OS IMPASSES DA FRENTE ÚNICA E A RUPTURA DEFINITIVA

III- A Frente Única: os impasses sobre a aliança com a burguesia

O debate no V Congresso vai dar continuidade à temática mais complicada para os comunistas, ou seja, às decisões sobre os rumos efetivamente tomados pelo partido a partir das análises feitas sobre o desenvolvimentismo do Brasil e sobre o governo Juscelino. A partir dos diagnósticos os dirigentes apontarão as estratégias e táticas consideradas mais viáveis para realizar a revolução burguesa no país, considerada a premissa para a revolução proletária.

Considerando a fragilidade da burguesia industrial e sua incapacidade de romper com as forças mais conservadoras e tendo como referência o processo das revoluções clássicas ocorridas na Europa nos dois séculos anteriores (na Inglaterra e na França), estes consideram ser imprescindível a aliança entre a burguesia e o proletariado, visando inicialmente formar uma frente com o objetivo de tornar o Brasil independente enquanto nação e democrático, rompendo com os laços imperialistas. Já vimos, a partir da historiografia, como o desenvolvimento ocorrido nos anos 50 foi fruto principalmente da abertura ao capital estrangeiro e como isto ampliou o poderio imperialista no país.

A partir desta avaliação e da constatação da complexização da sociedade, particularmente a urbana, onde emergem novos segmentos sociais como uma pequena burguesia de serviços ou de pequenos produtores para o consumo interno, onde se adensam os operários, enquanto se diversificam os trabalhadores com a abertura de novas modalidades de inserção da mão de obra, assim como de profissionais liberais e estudantes, para citar alguns, o PCB propõe como estratégia de luta a organização de uma Frente Única, antiimperialista, anti-feudal, nacional e democrática. É este o cerne das propostas contidas no documento

intitulado *Teses*, através do qual se reafirma a linha delineada no Programa Político do IV Congresso.

> O Programa fez uma justa caracterização da revolução brasileira na atual etapa, como antiimperialista e anti-feudal, revolução dirigida contra os imperialistas norte-americanos e os restos feudais. (doc.: Mauríco Grabois, Duas concepções duas orientações políticas, 1960:03)

A proposta da Frente Única sugerida na orientação do PCB decorre, assim, principalmente da visão de que o capitalismo brasileiro naquele momento possuía um caráter progressista, e da mesma maneira a burguesia guardava em si motivações de cunho progressista. Progressista, em antagonismo com a postura conservadora e reacionária presente nas classes dominantes que foram se constituindo no processo de formação histórica do Brasil, constituídas predominantemente dos latifundiários ou grandes proprietários monopolistas agrários e de segmentos da burguesia urbana totalmente subordinada ao capital internacional. Consideravam ainda as evidências da mudança de um país de economia agrário-exportadora, para a industrialização, que resultara em um rápido e significativo crescimento urbano e aumentara não só o consumo como as possibilidades de produção para o consumo interno, havendo, portanto, condições para investir em políticas que levassem à substituição de importações.

No entanto, isso suscita a indagação: a quem serviu tamanho desenvolvimento? O progresso da produção de riqueza nacional não resolvera os problemas sociais, não atendendo às necessidades da classe trabalhadora e mesmo a burguesia perdera parte de sua influência diante da força do capital estrangeiro. Desta forma, podemos considerar que as motivações desta burguesia incluíam o proletariado, como partícipe das decisões políticas e econômicas do país?

Compreender a lógica econômica da influência estrangeira no desenvolvimento do Brasil era algo bastante complexo, mas podemos atentar para um ponto: a questão da soberania nacional, alterando o modo de se relacionar com os outros países e investindo em infra-estrutura, garantindo os bens e

serviços necessários à sociedade sem configurar a dependência e a subordinação. Carone traz uma reflexão sobre essas relações, apontando o quanto tal empreitada era complexa, particularmente pelas *fraudes e a má fé* que permeavam tais relações:

> **Capital estrangeiro e dominação**. As duas formas dominantes de aplicação de capitais estrangeiros são necessárias para a capitalização do país, sem as quais seria muito difícil e, até, impossível superar as dificuldades de desenvolvimento econômico. Nenhum país prescinde dessa contribuição, ainda mais que ela se acompanha de elementos auxiliares, como é o caso de tecnologia etc. O problema, no entanto, não se limita à contribuição positiva representada pelo volume financeiro, mas, também, ao custo da operação que, por causa, muitas vezes, de fraudes e de má fé, tornam estes empréstimos em elementos de pauperização do país, para não dizer de uma subordinação política aos interesses estrangeiros. (CARONE, 1985, 121)

Ou seja, conforme aponta o autor, além das dificuldades inerentes ao próprio processo, a batalha pela independência e soberania real de uma nação envolvia também ultrapassar o que poderíamos denominar de corrupção, embora o autor não se utilize destes termos. Mas o que se destaca na reflexão deste autor é que não se colocava para os comunistas, que tal independência e soberania prescindissem das relações entre os países e sequer da entrada de capital estrangeiro. Ou seja, mesmo um desejável desenvolvimento progressista nacional poderia ocorrer em meio às influências e investimentos externos.

Consideravam ainda os riscos dessas relações de poder, principalmente quando se leva em consideração a formação histórica do Brasil, de forte colonização, e ainda mais considerando a sua formação capitalista e as suas características de exploração inerentes em sua essência.

> O imperialismo é forma da expansão econômica que se dá sob diversas maneiras, mas sempre objetivando o lucro. Os que, ideologicamente, procuram acentuar o benefício desse avanço, esquecem propositadamente de mostrar o lado negativo da expansão capitalista, em que sua renda é comumente superior ao total empregado, os recursos fraudulentos são camuflados, e parte dos empréstimos conseguidos ficam gratuitamente nas mãos dos banqueiros que os concederam. (CARONE, 1985, 126)

Através desta ponderação de Carone, observamos que os comunistas viam que as possibilidades de um país conquistar sua soberania se davam no interior de complexas relações internacionais. Mas ponderavam também que era necessário estar-se atento para as conseqüências problemáticas da promoção de um desenvolvimento pautado apenas no capital internacional, particularmente quando a lucratividade dos investimentos se mantivesse, como no imperialismo, somente nas mãos de uma camada privilegiada da sociedade. Até mesmo um dos artífices do ISEB, Celso Furtado, alertava para esta questão:

> Furtado esperou até 1962 para esclarecer sua posição. Afirmou então considerar enganosa a concepção de que o desenvolvimento brasileiro carece de entrada de poupança externa, lembrando que **"a entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país".** Afirmou também que **"para que possamos auferir autênticos benefícios do capital estrangeiro - aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação - necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais".**
> FURTADO, 1962:111-2, in: BIELSCHOWSKY, 1996:151 (grifos do autor)

Tratava-se, portanto, do sentido mesmo que se conferia ao nacionalismo. Assim, o caminho da revolução passava pela defesa de um desenvolvimento nacionalista que se pautasse pela inter-relação entre os desenvolvimentos capitalistas, em que a autonomia era sinônimo de soberania nacional, mas não de isolamento ou de repúdio ao capitalismo. Conforme já destacava a citada Declaração, no interior das *múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação (...)* a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. (doc.: Declaração de Março , 1958)

É preciso lembrar que o viés nacionalista já fora observado no programa político comunista aprovado no IV Congresso, mas com conotação bem distinta. Nesse se proclamava de maneira mais radicalizada a nacionalização imediata das empresas e a suspensão do pagamento da dívida externa. Ou seja, naquele

momento, o PCB tinha uma leitura diferente da realidade, o que o levara a propor tal viés nacionalista. Porém, diante do governo de Juscelino, os comunistas aventavam uma nova tática como notamos a seguir:

> O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. (...) Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano. (doc.:Declaração, 1958)

Neste ponto percebemos mais uma vez a visão do suposto fortalecimento da burguesia e da perspectiva de que o descontentamento social seria canalizado para o inimigo externo, ou seja, para o imperialismo.

No entanto, conforme vimos, o maior afluxo do capital internacional ocorrido nos anos posteriores, acompanhou *pari passo* o crescimento da burguesia, embora tal crescimento não tenha significado fortalecimento no sentido de sua independência das forças conservadoras e do capital internacional. Pelo contrário, tal fragilidade vai se aprofundar, inclusive com sua perda de influência nas decisões políticas do país. Daí a dedução das Teses, relativa à necessidade e possibilidade de se aliarem o proletariado com a burguesia.

No segundo capítulo percebemos como a burguesia, no que diz respeito à sua participação nas decisões políticos sobre os rumos do país, acabava por simplesmente tangenciar os graves problemas sociais brasileiros que envolviam a maior parte da população, em especial a classe operária. Esta tradição de alheamento da burguesia parte de seu conservadorismo e de sua postura autocrática, criava um problema para a estratégia das alianças, fosse no passado – pela radicalidade -, fosse naqueles idos de fins de 1950. Carone nos dá o quadro dos impasses que se colocavam no interior mesmo dos comunistas, para a concretização da aliança com a burguesia:

> *A burguesia aceita passivamente o status quo, defende a agricultura* e o equilíbrio político existente, não aceitando de maneira alguma o ascenso das massas ou dos partidos de esquerda. Como a oligarquia, ela é conservadora e autoritária, unindo-se a todas as forças que lutam contra qualquer formulação de reforma da sociedade; com pequena exceção, para ela não existe luta antiimperialista, nem reforma agrária, nem reformas urbanas etc. a conciliação de classe é básica, a manutenção do status quo é fundamental. Não se trata de questionar o poder e, sim, de aceitá-lo como existe. (CARONE, 1985:143)

A correlação de forças no país, no período Juscelino, era bastante heterogênea, pois interesses bem antagônicos estavam atrelados ao desenvolvimentismo já no início do governo. Do apoio dos comunistas para a candidatura de Juscelino até o investimento no setor agrícola que satisfizera os latifundiários, juntamente com a segmentação da burguesia industrial que continuava, uma parte beneficiária da dependência para com o capital externo e outra diretamente prejudicada por isto, a perspectiva de uma unidade era bastante questionável.

Neste emaranhado de interesses e tomando em conta o histórico da burguesia que demonstrava uma forte tendência para o conservadorismo, qual seria a suposta saída que o PCB vislumbrava para, de fato, efetivar um processo revolucionário abarcando a burguesia?

Pudemos notar ao longo das reflexões feitas até aqui, como havia divergências em relação às estratégias de unificação nacional em prol do desenvolvimento do país, embora tanto a Declaração de 1958, quanto as Teses de 1960 a considerassem a única alternativa. Deduz-se disto tudo que não estavam claras para os comunistas, as efetivas relações entre imperialismo e as classes dominantes do país no processo do desenvolvimentismo brasileiro.

Aliás, a proposta de unificação das diferentes classes com a mesma finalidade já se enunciara em 1956, quando da fundação, por um grupo de parlamentares federais, da Frente Parlamentar Nacionalista.

O ideário nacionalista ressurgira naquele momento, ante a inflação que atingira os dois dígitos e as políticas do governo de Gaspar Dutra que, em face da

pressão internacional, suspendera a lei de remessa de lucros e liberara o câmbio para facilitar as importações, o que levou, naquela conjuntura do pós guerra à rápida depauperação das reservas do país. Não por acaso a proposta da Frente Parlamentar era se colocar contra o imperialismo, contra a entrada do capital estrangeiro, mas particularmente, reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior.

Destacamos que o nacionalismo ressurgia porque as propostas neste sentido já faziam eco na sociedade a partir de iniciativas da sociedade civil de diversos matizes e ideologias, desde, pelo menos, o início da década de 1950. Conforme a historiografia, pode-se considerar pelo menos uma divisão em torno de quatro grupos. Um deles foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que emergira do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que editava os *Cadernos de Nosso Tempo.* O IBESP se formara desde 1952, a partir da reunião de um grupo de intelectuais, do qual faziam parte Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe[27]. Posteriormente, Sodré se afastará do grupo por considerá-lo especulativo. Conforme esse historiador, o nacionalismo "não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática".[20] Simon Schartzman destaca sobre este momento que

> a importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)".[28]

Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são considerados importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC), juntamente com as propostas do Partido Comunista

---

[27] SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. *In: O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: 1979,

[28] SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. *In: O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: 1979, p. 3.

Brasileiro, que, desde a década de 1940 lançara a campanha O *Petróleo é Nosso* e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).[29]

Machado Domingos em uma crítica à análise de Caio Navarro de Toledo[30] sobre a perspectiva especulativa das primeiras discussões sobre nacionalismo (em suas matizes ao longo da década de 1950 até o início dos anos de 1960), nos dá um panorama das circunstâncias internacionais que interferiram no desenvolvimento destes ideários e das propostas nacionalistas no Brasil:

> em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido à Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil.[31]

Sobre a participação política naqueles idos de 1956, a autora Lucilia Neves faz a seguinte reflexão:

> A sociedade civil organizada penetrou no aparelho do Estado com suas reivindicações e projetos. Por meio de uma relação contraditória em que se expressavam concomitantemente impulsos de maior independência por parte dos cidadãos organizados e pendores autoritários protecionistas por parte do Estado, constituiu-se um processo no qual o Parlamento teve expressivo papel. A instância legislativa federal intrincada em tal processo foi palco de constantes manifestações em defesa de um projeto de desenvolvimento nacionalista para o país. A Frente Parlamentar Nacionalista constituiu-se em um processo dinâmico que retrata, pela relação da própria Frente com o Poder Executivo e com a sociedade civil, aspecto significativo da história do período. (NEVES, 1995: 61-71)

---

[29] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento*: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006

[30] TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB*: fábrica de ideologias. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

[31] DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. I*n: Anais do IX Encontro Regional da ANPUH,* RGS. 2008.

Dessa Frente Parlamentar participaram os partidos de sustentação do governo, PTB e PSD, além também de contar com opositores udenistas e o próprio PCB. Havia nessa reunião de parlamentares uma plataforma de reivindicações cujo intuito era, de fato, executar um conjunto de medidas que voltassem o desenvolvimento para a satisfação das necessidades do país. Conforme expresso no documento da Frente Parlamentar, propunha-se a

> ...revisão de acordos internacionais de comércio, procurando acrescentar cláusulas que atendessem os interesse nacionais; controle da remessa de lucros; defesa dos estoques financeiros e das jazidas de minerais do país; defesa da industria nacional; defesa das organizações de monopólio estatal já constituídas; esforços para a constituição de novas empresas de monopólio; defesa da cultura brasileira dentre outras. (Anais do Congresso Nacional, 1956)

Como notamos aqui, essa plataforma era dirigida majoritariamente por setores da burguesia e das oligarquias agrárias, que pretendiam com essas medidas frear até certo ponto o forte avanço do investimento estrangeiro no país. Porém é preciso considerar o verdadeiro sentido que essa aliança entre interesses tão distintos representava. Os rumos pretendidos por ela levavam em conta um desenvolvimento do país de fato mais independente da influência estrangeira, porém sem o caráter revolucionário desejado pelo PCB. Neves ainda vai pontuar sobre essa questão:

> Para significativos setores da sociedade brasileira a adoção de uma política econômica nacionalista apresentava-se como uma solução salvadora para o capitalismo brasileiro e como um instrumento efetivo capaz de levar o país a superar o estágio de subdesenvolvimento. (NEVES, 1995:61-71)

Ou seja, fica mais evidente que o objetivo último dessa plataforma denominada pela autora de suprapartidária, era o de reformar os problemas vividos pelo capitalismo brasileiro face à grande dependência do capital externo.

Não se tratava de uma perspectiva revolucionária, ainda mais considerando os setores conservadores representados em maior número naquela frente. Para a autora, a importância desta organização foi a de permitir à sociedade civil um

canal de comunicação com o governo e uma ponte para manifestar-se diante das principais questões que permeavam o desenvolvimentismo. Porém alterar e superar as estruturas capitalistas do país, principal interesse dos comunistas, não era o objetivo em jogo. No entanto, este exemplo serve como referência para o PCB na germinação de sua proposta para investir na aliança com a burguesia.

Temos, portanto, um quadro no país em que o desenvolvimentismo segue seu processo, onde o desenrolar político se dá via Congresso e algumas demandas trabalhistas são atendidas, porém, com clara condenação aos comunistas e perseguição às mobilizações sociais (período juscelinista). Neste bojo, mesmo os setores conservadores buscavam arranjar-se dentre as prioridades das decisões políticas e econômicas, já que os países poderosos estavam na linha de frente do desenvolvimentismo nacional, a fim de reconstruir o capitalismo de forma menos dependente. Daí, como vimos, o nacionalismo surge como aspecto aparentemente comum entre interesses antagônicos na tentativa de combater a influência estrangeira e imperialista.

São tais discussões que envolviam segmentos sociais distintos, que iam dos militares aos comunistas, passando por intelectuais das classes médias e filósofos do pensamento conservador como Corbisier, a que se referia a Declaração quando faz uma associação entre as propostas de unidade nacional em 1958, com as da Frente Parlamentar de 1956.

> O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência antiimperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do parlamento, das forças armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento tem notável significação em nossa vida política, unificou a ação de grande número de parlamentares pertencentes aos mais diversos partidos com representação no Congresso, quer sejam governistas ou oposicionistas. (doc.:Declaração, 1958)

Esta observação nos leva a refletir sobre o significado do nacionalismo. Seria preciso um aprofundamento maior por se tratar de uma temática tão ampla. No entanto, já fizemos referência à questão enquanto expressão da soberania do

país, ou seja, que nação soberana é aquela cuja participação popular se faz realmente efetiva, onde nenhum segmento social estivesse alijado dos resultados do desenvolvimento.

Em última análise, considerando o foco da pesquisa, o PCB, o nacionalismo pode ser aqui sugerido como o ideário que norteou os comunistas para aglutinar as forças sociais vislumbrando um processo revolucionário desde o documento da Declaração.

> O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência de determinadas forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela reivindicação antiimperialista. Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, do outro lado. (doc.:Declaração, 1958)

Este foi o gancho principal de que o PCB se valeu para constituir a Frente Única. Delineado, portanto, o fundamento da proposta, o PCB vai tomá-la como a estratégia a ser debatida no V Congresso que prossegue tendo como certo o caráter nacionalista da Frente Única e os argumentos giram em torno da posição da burguesia neste processo. Primeiramente há uma avaliação confusa sobre caráter burguês no país.

> A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária inconseqüente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas. (doc.: Declaração, 1958)

Nesta análise vê-se que o PCB explicita aspectos da burguesia que dizem respeito a uma auto-suficiência desta classe que historicamente mostrou-se incapaz de cuidar da coisa pública, eximindo-se de discutir os problemas sociais vividos pela maior parte da população, mesmo aqueles que fossem necessários a

seu próprio desenvolvimento, como o problema do saneamento básico, ou a infra-estrutura urbana, ou mesmo o da construção de um Estado em que o liberalismo se efetivasse minimamente[32]. No entanto, como apontam os autores abordados aqui, a burguesia brasileira jamais possuiu intenções de promover mudanças estruturais na sociedade, ainda que determinadas questões políticas e econômicas abalassem seu poderio e influência, como ocorreu no período Juscelino. A burguesia não possuía interesses revolucionários. Considerando esta constatação, colocá-la como força revolucionária inconsciente não caberia em uma avaliação mais precisa. A burguesia possuía interesse no desenvolvimento nacional e desejava retomar uma posição de protagonista nos rumos políticos do país. Porém era totalmente avessa a um mesmo protagonismo das classes trabalhadoras. Esta limitação ou desinteresse da burguesia num efetivo desenvolvimento que abarcasse de fato a sociedade como um todo constituiu um dos principais fatores da divergência entre os comunistas.

Neste sentido uma indagação dentro do debate vem a calhar de modo interessante e pode demonstrar como ocorre o impasse que surgiu entre os comunistas:

> Movidos por certas contradições com o opressor estrangeiro, alguns setores de latifundiários podem participar do movimento nacionalista, coincidindo neste ponto com as massas camponesas, sem que haja harmonia no que se refere ao problema da terra, aos antagonismos de classe. Além disso, se é difícil, ou mesmo impossível* trazer os camponeses para uma frente única em que participem latifundiários — como afirma Grabois — será Igualmente «difícil, ou mesmo impossível» trazer os operários para uma frente única em que participa a burguesia, já que os seus interesses são também antagônicos. Aplicado conseqüentemente, o raciocínio do camarada Grabois conduz a impossibilidade de qualquer política de frente única. (doc.: Mário Alves. As Bases falsas de uma Linha Falsa 1960:03)

[32] Consideramos liberalismo em sua acepção clássica, ou seja, um Estado que faz a mediação entre o capital e o trabalho mediante o atendimento das necessidades básicas da população: saúde, educação, transportes, previdência, infra-estrutura e garantia aos direitos de cidadania.

Neste pronunciamento nota-se a discussão em torno da aliança com setores dominantes da sociedade, os latifundiários e a burguesia, e que considerando os interesses antagônicos com a classe operária, impediria quaisquer acordos de uma frente de luta pelo desenvolvimento nacional. Há uma reflexão que nos ajuda a compreender as pretensões das classes dominantes naquele momento. Conforme observa BIELSCHOWSKY

> Os desenvolvimentistas diferenciavam-se entre si, como vimos, pela posição diante da questão do capital estrangeiro e do grau desejado de intervenção estatal, pelo tratamento da questão inflacionária, pela maior ou menor inclinação reformista, e assim por diante. Tinham, porém, como proposição comum, a meta de construir uma estrutura capitalista semelhante à dos países desenvolvidos. (BIELSCHOWSKY, 1996:181)

Podemos notar nessa reflexão algumas nuances sobre os grupos sociais que comungavam da idéia do desenvolvimentismo, mas que de modo geral não tangenciavam a via revolucionária pretendida pelo PCB.

Além disso, podemos supor também que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, de maneira independente, poderia criar um problema para os comunistas, pois este processo talvez não acarretasse uma revolução socialista e conseqüentemente somente servisse para o êxito no atendimento de algumas demandas sociais por meio de reformas de base, sem, no entanto, culminar numa mudança mais profunda na estrutura do país que superasse as contradições de classe.

O debate frisado anteriormente entre Alves e Grabois expõe um dado importante neste momento do V Congresso, quando o segundo dirigente mencionado considera a inviabilidade da organização da Frente Única tendo em vista o caráter conservador dos componentes que se aliariam à classe operária.

O argumento que surge, contraposto à consideração feita por Grabois e alinhado à suposta idéia de que a burguesia pretendia um desenvolvimento progressista no Brasil, é o de que os comunistas não exigiriam uma liderança no interior da Frente Única, entendendo, como mencionamos ainda no primeiro

capítulo, que as circunstâncias políticas daquele momento em que o bloco socialista havia encorpado demonstrando um crescimento dos países de seu eixo, equiparável ao desenvolvimento alcançado pelos países capitalistas, sugeriria um possível relacionamento pacífico entre forças antagônicas e conseqüentemente, a classe operária poderia se vincular à burguesia e realizar uma luta em comum sem maiores atritos.

Este entendimento e esta sugerida correlação de forças foi motivo de acirramento do debate.

> Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única. (doc.:Declaração 1958)

Tal ponderação feita pelos comunistas no documento faz alusão a um propósito do PCB desde a sua fundação em 1922, que consistiu em ser uma organização criada para representar a classe operária no sentido de orientá-la nas lutas pelos seus direitos e reivindicações e em última análise conduzir o proletariado num processo revolucionário que lhe permitisse a tomada do poder e a socialização dos meios de produção. Esse conceito está muito claro no Manifesto do Partido Comunista elaborado por Marx e Engels, obra que serviu de referência na formação dos partidos comunistas em todo o mundo, inclusive no Brasil. A idéia de orientar e conduzir a classe operária no processo revolucionário permeou a linha política do PCB de forma a ser a vanguarda revolucionária. Porém, com essa nova formulação política apresentada durante o V Congresso, em que a aliança com a burguesia se fez bandeira de luta, abriu-se a possibilidade

para que a condução da revolução não se desse somente pelo partido comunista e o proletariado.

É necessário, no entanto, lembrar que, de acordo com a lógica dessa reflexão, onde a burguesia brasileira não se constituiu historicamente como revolucionária, a revolução que rumasse para o socialismo no país só poderia ser realizada pela classe operária. Então devemos considerar em um raciocínio diferente, que a idéia de um processo revolucionário elaborada pelo PCB prescindia inicialmente de uma atuação protagonista dos comunistas e do proletariado. Como bem alertou Gorender,

> Excetuando o setor de agentes entreguistas, a burguesia brasileira tem efetivo interesse na luta antiimperialista. Já cometemos bem nocivos erros, ao ignorá-lo. Mas este interesse da burguesia brasileira será sempre limitado pela sua tendência à conciliação e à capitulação. Tendência que se manifestará, conforme complexas condições, em maior ou menor medida, através de um ou outro setor da burguesia ou, numa situação extremamente desfavorável, mesmo de toda ela. (doc.: Jacob Gorender , A oposição esquerdista e a contradição principal, 1960:06)

De fato, a burguesia passava por relativa contradição com o domínio imperialista no país, como vimos, pois seus interesses dependiam diretamente das ações do Estado nacional que estava aberto ao grande capital externo. Além disso, punha-se a inviabilidade do proletariado ceder a liderança da Frente Única à burguesia, não por uma questão de consciência, mas por sua própria condição de classe, cuja emancipação só ocorreria com a revolução que ultrapassasse a da burguesia.

> a contradição entre o proletariado e a burguesia, nas condições atuais do nosso país, se decide, como questão política antes de tudo (embora não exclusivamente), no terreno da disputa em torno do curso e da direção do movimento de emancipação nacional. Aliando-se à burguesia, em ampla frente única, para combater o imperialismo norte-americano, o proletariado também se opõe à burguesia, porque não pode deixar de combater a sua tendência conciliadora e empenhar-se para imprimir ao movimento emancipador e democrático um curso firme e conseqüente. (doc.: Jacob Gorender , A oposição esquerdista e a contradição principal, 1960:06)

O problema que se estabelece com essa análise de Gorender em um comparativo a partir do que fora explanado pela Declaração, é como o PCB viabilizaria a Frente Única ante a evidência de propósitos tão opostos, em que se constatava uma contradição na condição mesma da existência destas classes. Na realidade, uma alternativa dada pelos próprios comunistas para este problema seria, como mencionamos, a de se permitir dialogar com a burguesia, e considerar as posições desta a fim de alcançar o processo revolucionário. E aqui surge um ponto intrigante em que o dissenso mais radical entre os comunistas se evidencia: a incorporação dos camponeses. Neste sentido, Mário Alves recupera a crítica de Grabois às Teses:

> Maurício Grabois indaga como é possível «harmonizar» numa mesma frente os interesses dos latifundiários, mesmo que tenham contradições com o imperialismo norte-americano, com as aspirações dos camponeses interessados em liquidar a estrutura agrária retrógrada. E conclui que «será difícil, ou mesmo impossível, trazer as grandes massas camponesas para a frente única em que participem latifundiários». Além disso "se é difícil ou mesmo impossível" trazer os camponeses para uma frente única em que participem latifundiários- como afirma Grabois- será igualmente "difícil ou mesmo impossível" trazer os operários para uma frente única onde participa a burguesia. (doc.: Mário Alves, As bases falsas de uma linha falsa, 1960:03)

Ou seja, como enfrentar na Frente Única o problema da contradição entre o grande latifúndio e seu monopólio de terra e a condição dos camponeses ou trabalhadores rurais que até aquele momento sequer tinham acesso aos direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)?.

O desenvolvimentismo que promovera o avanço industrial no Brasil, não deixou de investir também no setor agrário, sendo que a composição política, por exemplo, do PSD, um dos partidos de sustentação do governo de Juscelino, era de representantes das oligarquias latifundiárias.

Portanto, reunir ou "harmonizar" os interesses de dois segmentos sociais distintos se mostrava mais um problema com o qual os comunistas se deparavam para elaborar sua pretensão de formar uma frente de luta. Neste sentido, na Declaração aparece uma consideração sobre a divergência de interesses:

> Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componentes. (doc.:Declaração 1958)

Ao compreender a diversidade de interesses e primando pela questão do desenvolvimento nacional, tendo o nacionalismo como principal bandeira de acordo, o PCB acreditava poder garantir a unidade na Frente Única com a burguesia e as oligarquias, mesmo deixando de lado o trabalhador rural. Neste sentido, Bielschowsky aponta para o evidente compasso entre o PCB e as classes dominantes na definição das táticas que garantiriam a aliança: as denominadas "reformas de base"

> As "reformas de base" seriam um instrumento básico da ação política da frente nacionalista que os comunistas propunham. O PCB não tinha problema em aprovar esse instrumento, mas debruçava-se o tempo todo sobre a dificuldade de caracterizar com exatidão a aliança com os "setores progressistas" da burguesia e da pequena burguesia que a classe operária poderia aceitar. (BIELSCHOWSKY, 1996:194)

Tais "reformas de base" constituíram na verdade as táticas que seriam aprovados na Resolução Política do V Congresso do PCB. Eram medidas que se assemelhavam àquilo que pretendiam também a burguesia e as oligarquias. Sobre esta resolução, Bielschowsky coloca:

> No que diz respeito à análise econômica, reafirma a tese de que o desenvolvimento capitalista brasileiro é viável e retardado pelas relações de propriedade no campo e, essencialmente, pelo imperialismo. (BIELSCHOWSKY, 1996:193)

Como se nota, já estavam presentes naquele momento do Congresso e depois viriam a se configurar como linha política do PCB, como propostas e ideias que iam ao encontro dos interesses da burguesia nacional que pretendia retomar

seu posto de influência na política brasileira. Havia, inclusive nas discussões do V Congresso, o entendimento da maior capacidade e organização da burguesia no que dizia respeito à condução de uma luta pela retomada do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

> O estádio incipiente em que se encontra o processo de frente única no país e a ação crescente da burguesia faz com que, na sua direção, não se encontrem as forças mais conseqüentes e mais ligadas ao povo e, por conseguinte, vem prevalecendo a ação das forças mais inconseqüentes. As forças trabalhadoras e populares pouco ainda participam de suas lutas, do Movimento Nacionalista. (doc.: Nicolau Abrantes, Autocrítica formal e uma disfarçada defesa da linha sectária e dogmática, 1960:04)

Neste caso, é preciso considerar duas questões. A primeira é que, de fato, a burguesia estava apresentando uma organização até certo ponto efetiva no intuito de recuperar seu poderio e influência na política nacional e um exemplo disso foi a Frente Parlamentar Nacionalista, onde ela, mesmo ao lado de alguns personagens comunistas, representava a maior parte de sua direção.

A segunda diz respeito à organização popular deste período juscelinista que, ao contrário do que menciona Abrantes se faz bastante presente nos anos 50, sendo que até anteriormente já se pode observar a sua forte atuação[33].

No período de Juscelino, a organização popular irá se manifestar também com envergadura a despeito da repressão e da resistência ao avanço comunista promovidos pelo governo federal.

> Com o Governo Juscelino Kubitschek cresce a ação sindical livre e não há qualquer interferência governamental nos sindicatos, momento em que os comunistas, trabalhistas, trotskistas, janistas, socialistas e outras tendências veem aumentar seu prestígio junto ao movimento operário. (CARONE, 1985: 183-184)

Ou seja, reproduzia-se assim o que ocorrera no período getulista, com a formação do PTB, em 1945. Esta fora a maneira de Vargas aproximar-se da

---

33

classe trabalhadora ao mesmo tempo em que impulsionava a disputa direta entre os sindicatos e o PCB pela influência junto a essa categoria.

Deste modo se percebe a inconsistência de determinados argumentos dos comunistas na avaliação de sua influência frente à organização popular em especial a classe operária. Portanto, a questão permanecia, nem tanto pelo viés de organização e participação do proletariado, mas pelo modo como o PCB conseguiria alinhavar os seus próprios interesses com as pretensões burguesas e encampar um processo revolucionário.

Uma questão que iria encerrar as discussões do V Congresso dizia respeito justamente a um fator que possivelmente contribuiria para a efetivação da Frente Única: a via pacífica enquanto tática para se processar a revolução.

> O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos. (doc.:Declaração 1958)

Já no primeiro capítulo observamos que no documento *Teses para discussão,* os comunistas haviam colocado a questão da possibilidade da via pacífica para a revolução devido ao fim do avanço nazifascista e o desenvolvimento observado no bloco socialista liderado pela União Soviética. Supostamente havia um ambiente de maior participação política e democracia entre os povos, em particular no Brasil. No entanto, apesar da proposta da via pacífica, desde a Declaração, não descartam a evidente correlação de forças que teria que se colocar entre a burguesia e o proletariado, ou seja, particularmente esta primeira teria que abdicar de usar de violência para com os trabalhadores, o que, na tradição brasileira, era uma proposta bastante difícil de se executar. Neste sentido, ponderava a Declaraçao.

> O caminho que há de seguir a luta pelo socialismo não depende apenas do proletariado, mas também das classes dominantes. Onde as forças

> reacionárias empregarem a violência contra os trabalhadores para impedir sua ascensão ao poder, estas terão que utilizar a violência em defesa dos seus legítimos "direitos" democráticos. (doc.:Teses para discussão, 1960)

A alternativa pacífica para a revolução socialista sugerida pelo PCB na Declaração de Março estava novamente em pauta durante o V Congresso. Eram considerados esses aspectos históricos que tinham engendrado uma atmosfera política mais resistente aos totalitarismos, então existentes, na Alemanha e na Itália, cuja influência havia ultrapassado as fronteiras nacionais. Era, portanto, supostamente, um bom período político e de participação popular.

Discutir a relação de violência ou não demanda uma análise que não propomos realizar aqui, dadas as implicações que este tema acarreta, e o foco de nosso trabalho.

Porém cabe aqui colocar considerando essas últimas observações, que havia ressalvas entre os comunistas quanto a prescindir da luta armada no processo revolucionário.

Não nos esqueçamos de que uma outra referência de revolução para os comunistas era a da União Soviética (URSS). A Revolução de 1917 foi estabelecida através da organização dos trabalhadores russos liderados pelo partido comunista e se dera através do confronto direto pela tomada do poder. Primeiramente o czarismo e depois a burguesia que anteriormente se juntara brevemente aos trabalhadores, foram derrubados pela via revolucionária de luta armada. Este processo histórico teve suas características próprias considerando os aspectos de constituição e formação da sociedade russa e o seu desenvolvimento político. Mas é interessante aqui mencionar esses dados, pois este processo revolucionário russo orientou os partidos comunistas, e com o PCB não foi diferente.

Isto nos dá idéia de como a discussão sobre a viabilidade da alternativa pacífica trazia ao debate questões e princípios históricos sobre o processo revolucionário comunista e não foi uma questão tranqüila naquele V Congresso. Pois, além dos aspectos históricos da violência dos capitalistas no Brasil e do exemplo da radicalidade dos trabalhadores na Revolução Russa, a questão da via

pacífica trazia também uma reflexão sobre o desenvolvimento da luta de classes no país.

As classes sociais emergem, de acordo com Marx, pela apropriação individual, da produção coletiva, ou seja, no processo evolutivo desde o feudalismo, foi-se constituindo na gênese do capitalismo, uma classe de apropriadores do bem coletivo, formando-se uma classe social detentora dos meios de produção e da riqueza social, juntamente com seu antagônico, os trabalhadores destituídos dos meios e dos resultados da produção.

A luta de classes se daria, portanto, nesta contradição social em que apenas uma parte da sociedade domina os meios de produção, o que geraria um conflito. Marx propõe que a luta de classes deva ser superada pelo processo revolucionário que ocorre a partir do seu acirramento. Ou seja, o agravamento das contradições sociais tornaria a luta de classes tão aguda que culminaria num processo revolucionário que em última instância encerraria a própria existência das classes sociais. Este conceito marxista envolve outras complexidades que não aprofundaremos aqui. Porém, o colocamos no intuito de mostrar que a questão da via pacífica conforme indicada pelo PCB, como vimos aqui, pode sugerir um abrandamento na correlação de forças entre a classe operária e a burguesia. Os comunistas claudicavam na definição sobre como deveria ser este processo revolucionário.

> Os comunistas aspiram à solução pacífica para os problemas da revolução brasileira. Mas a escolha das formas e meios para libertar o país do domínio do imperialismo norte-americano e realizar as transformações radicais, não depende somente do proletariado e das demais forças antiimperialistas. Se os inimigos do povo recorrerem à violência, as responsabilidades pelos sacrifícios e sofrimentos que recaírem sobre a nação serão de sua exclusiva responsabilidade. Em todas as circunstâncias, o proletariado e seu partido devem estar preparados política e ideologicamente para qualquer das soluções. (doc.:Maurício Grabois, Duas concepções, duas orientações políticas, 1960:03)

Aqui vemos como o autor está reticente quanto à possibilidade de encaminhar uma solução pacífica para o processo revolucionário. A questão que

sobressai diz respeito a uma possível conciliação das classes que viesse a camuflar os reais conflitos sociais existentes.

> No que concerne ao caminho da revolução, a Declaração afirma que o Brasil é um dos países para o qual se abre a possibilidade real da via pacifica. Partindo de uma análise profundamente subjetiva, traça um caminho róseo, sem comoções sociais e choques violentos, para realizar as tarefas da revolução. Levando ao absoluto a possibilidade do caminho pacifico, na prática, a Declaração o torna de fato o único caminho. Toda a orientação que estabelece é baseada neste caminho, desarmando, assim, o proletariado e seu partido para qualquer outra eventualidade. Por isso, a advertência, feita de passagem, de que no caso dos inimigos empregarem a violência é indispensável ter em vista a solução não pacifica não tem a menor significação. (doc.: Maurício Grabois Duas concepções duas orientações políticas, 1960:03)

A relação dos trabalhadores com o governo de Juscelino era, como constatamos aqui, bastante dúbia. Ao mesmo tempo em que organizações sindicais eram permitidas e o Plano de Metas tinha entre seus objetivos propiciar uma melhoria na vida da classe operária, houve perseguições além de uma campanha aberta contra os comunistas. A Frente Parlamentar Nacionalista demonstrava também seu cunho de reforma do capitalismo brasileiro a despeito de ser uma ponte entre a sociedade civil e o Governo.

A possibilidade de mudanças na estrutura social não estava em questão para as classes dominantes. Neste quadro, a indefinição e incerteza quanto aos rumos que o PCB daria para um processo revolucionário se evidenciava cada vez mais.

> A essa respeito afirmam as Teses em seu cap. I, Item 25 do Suplemento de NOVOS RUMOS: Este fato não pode significar, todavia, uma transformação da natureza exploradora do capitalismo ou a extinção da luta de classes no seio do regime capitalista, adiante: Para converter-se em realidade, porém,* o requisito indispensável é a direção política da classe operária, orientada por sua vanguarda. O caminho pacífico para a conquista do poder não exclui, e sim pressupõe a intensificação da luta de classe do proletariado, e exige a formação de grandes movimentos de massa. Nada tem a ver com a política de colaboração de classes, nem com

> «transformação gradual do capitalismo em socialismo", tese difundida* pelos revisionistas e socialistas de direita. (doc.: Nicolau Abrantes Autocrítica formal, 1960:04)

Percebemos assim nas observações de Grabois e Abrantes, quais são as nuances que se apresentavam para as relações sociais no país, as possibilidades e limitações da correlação de forças entre a classe operária e a burguesia na defesa dos interesses de cada uma no desenvolvimento do país.

Neste ponto fica mais clara a discussão sobre o que significaria a alternativa pacífica para o processo revolucionário. Na própria resolução política do V Congresso se dá o posicionamento comunista para a questão:

> O caminho pacífico para a revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerrilha civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico, exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta das massas que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. (doc.:Resolução Política do PCB , 1960)

A via pacífica para a revolução se deparava, portanto, com uma atmosfera política em que a relação do governo com os trabalhadores passava por diferentes momentos, como vimos, de relativas liberdades democráticas e repressão.

> Certo que o papel do Estado não é usar sempre em quaisquer circunstâncias a violência ou os métodos antidemocráticos. Ele procura aparecer tanto quanto possível como "órgão do equilíbrio social". Só mostra sua verdadeira fisionomia quando as classes oprimidas se levantam para lutar mais decisivamente pelos seus interesses. (doc.: João Amazonas, Uma linha confusa e de direita, 1960:10)

Diante dessas questões o V Congresso do PCB chega ao encerramento do debate entre os dirigentes e os militantes comunistas através da publicação de sua *Resolução Política* em setembro de 1960.

Neste documento aprovado no Congresso, a linha política apresentada baseou-se primordialmente nas questões principiadas pela *Declaração de Março*, e desenvolvidas pelo documento *Teses para discussão,* sobre as quais buscamos refletir e analisar aqui. Serviria de base para a constituição do programa político do PCB. Tal documento foi publicado finalmente em 11 de agosto de 1961, no jornal *Novos Rumos*. É importante salientar que neste intervalo de tempo, houve uma aparente unidade entre os comunistas diante da aprovação e publicação da Resolução Política no ano anterior. Porém quando foi publicado o Programa, oficialmente, as incertezas e divergências vieram à tona.

Por meio de uma carta endereçada à direção do PCB, denominada Carta dos Cem, diversos militantes e alguns dirigentes se manifestaram contrários aos desígnios do programa político aprovado.

> O suplemento Novos Rumos, de 11/8/61, publica o Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro. O camarada Prestes, em manifesto dirigido ao povo, estampado no mesmo jornal, diz que aqueles documentos serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando ao registro de tal partido. Esses documentos constituem, a nosso ver, violação, frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do V Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. (doc.:Carta dos Cem, agosto de 1961)

No início do documento se manifesta a insatisfação de parte dos dirigentes comunistas por supostas infrações às decisões do V Congresso e que feriam a unidade partidária, e também surpresa pela mudança de nome do partido.

A questão nominal do partido, para os autores da Carta, representava uma tentativa de modificar a relação que o PCB tinha com o país do ponto de vista político.

Em outras palavras, o PCB havia sido fundado em 1922 como “Seção Brasileira da Internacional Comunista”, o que significaria que a organização se orientaria pelos desígnios do Partido Comunista da União Soviética. De fato, esse partido exercia forte influência sobre os demais partidos das demais nações.

Em todo caso, segundo os signatários da Carta, o Comitê Central do PCB modificava não somente o nome da organização, como abria mão de alguns

conceitos considerados imprescindíveis na identificação política do partido, e configuraria, portanto, uma nova conduta no intuito de atingir a legalidade. A legalidade política, é necessário dizer, era defendida pela maioria dos comunistas, inclusive pelos dirigentes descontentes com o novo programa.

O Programa Político do PCB iria permanecer com as modificações feitas a partir da Resolução. Aliás, é importante salientar que o aparente silêncio daqueles que, desde o início do V Congresso mostravam–se divergentes com os propósitos levantados, deram a explicação para a aparente unidade com a aprovação da Resolução:

> Agora, o Comitê Central apresenta um programa do qual eliminou as formulações mais radicais que se pode ainda encontrar na Resolução Política do V Congresso. Por um imperativo da disciplina partidária somos obrigados a acatar a Resolução Política do V Congresso, a lutar por usa aplicação. Mas nada nos obriga a aceitar um condensado reformista das medidas nela expostas como Programa do Partido, uma vez que o V Congresso não tomou qualquer deliberação a esse respeito. (doc.:Carta dos Cem, agosto de 1961)

Diante de todos os fatos, os dirigentes descontentes decidem convocar uma reunião com a intenção de romper com o PCB. Um grupo liderado por João Amazonas , se encontra em São Paulo no dia 18 de fevereiro de 1962. Realizam a Conferência Nacional Extraordinária, onde apresentam um documento chamado de Manifesto Programa.

> O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, promotor de liberdades, cultura e bem-estar para as massas. (doc.:Manifesto Programa, 1962)

Neste trecho do documento, os dirigentes se apresentam recuperando o nome preterido pela antiga organização e como contraposto ao Programa Político do PCB recolocam o termo “comunismo” que havia sido alijado do texto.

Para os dissidentes a manutenção somente do termo socialismo se tornava genérica devido à existência de outros partidos de esquerda que se colocavam como socialistas, além de ser uma expressão que poderia ser usada até por segmentos políticos mais democráticos , porém sem pretensões revolucionárias. O teor bastante incisivo se apresenta nas pretensões dos dissidentes.

Ao longo do documento, o PC do B vai apresentar um programa político que pretendia liquidar com o monopólio de terra, a suspensão do pagamento da dívida externa, e proporcionaria uma reforma urbana que beneficiaria todas as famílias, dentre outras questões que serão apresentadas pelo novo partido. Tudo isto seriam tarefas de um *governo popular revolucionário.* Era um documento que se remetia e se assemelhava ao Programa de 1954 que, como vimos, esteve bastante em pauta durante as discussões do V Congresso.

Em suma, a partir de 1962 passava a existir o PC do B, Partido Comunista do Brasil em contraponto ao PCB, Partido Comunista Brasileiro. Foi este o resultado político da cisão na esquerda brasileira devido às questões debatidas durante o V Congresso Comunista que levantamos aqui.

Conclusão:

Considerando as questões que levantamos nesta pesquisa chegamos à conclusão de que a cisão do PCB e a conseqüente formação do PC do B em 1962, se deu principalmente devido às divergências de entendimento dos dirigentes comunistas sobre os processos que interferiram no desenvolvimentismo nacional no país, particularmente no que concernente à grande abertura econômica ao capital estrangeiro que ocorre no período do governo de Juscelino Kubitschek. Uma abertura que, de fato, favoreceu amplamente a dependência do Brasil frente às nações poderosas como os Estados Unidos e também, em certa medida à Alemanha e a França.

Tal abertura não suscitou, conforme esperavam os comunistas, o acirramento das contradições no interior dos segmentos da burguesia no país e, se aprofundou as contradições entre o poderio imperialista e as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, isto não se refletiu em uma tomada de posição mais enfática da burguesia que se colocava como nacionalista. As divergências entre este segmento, considerados pelos opositores de "tupiniquins" e os internacionalistas, tidos como "entreguistas", se restringiram a debates nos parlamentos, na imprensa, nos partidos, entre os intelectuais, técnicos que atuavam no governo, em empresas privadas, cientistas sociais, etc... Aliás, o dito movimento nacionalista que permeou os anos de 1950, foi alvo de interesse à praticamente todos os segmentos sociais e serviu à burguesia apenas no intuito desta retomar o papel de protagonista nos rumos políticos do país, com a clara pretensão de fazer do Brasil uma nação de capitalismo independente, justamente o inverso do desejo comunista de realizar uma revolução socialista.

Também divergiram sobre o impacto da repressão mantida pelo governo sobre as lutas operárias, cuja mobilização ganhava força em decorrência da inflação galopante e da falta de atendimento á seus direitos de cidadania, como

habitação, saneamento, energia elétrica, transportes, previdência, educação, etc.. Como o governo JK deu certos espaços aos comunistas que puderam se manifestar, embora ainda sob o domínio da legislação que o mantinha na ilegalidade, qual seria a melhor estratégia do Partido naquele momento? Ajudar os trabalhadores a radicalizar suas posições, visando a revolução proletária, ou investir em uma coalizão social contra a dependência, a subordinação e o conservadorismo?

Tal debate repercutiu nas discussões dos comunistas que, frente à crise internacional do comunismo e aos efeitos da aplicação dos preceitos da Guerra Fria no país, se viram impelidos a proceder a uma nova reavaliação de suas posições, gerando isto, uma nova avaliação sobre o perfil do desenvolvimento nacional em franca industrialização, e sobre as estratégias e táticas que poderiam levá-los á auxiliar os trabalhadores a cumprirem o que consideravam o papel inerentemente revolucionário desta classe.

Embora houvesse concordância sobre vários pontos, como o da incapacidade da burguesia proceder à sua revolução pela via clássica de desenvolvimento, rompendo assim com o conservadorismo, ou sobre a necessidade de focar a revolução proletária como finalidade última a definir as estratégias e táticas, ou ainda todos concordassem com as propostas de uma coalizão nacional, as divergências sobre as estratégias e táticas polarizaram os debates naquele momento, resultando em propostas contraditórias impossíveis de se coadunar.

A proposta da Frente Única, que vinha sendo discutida por delegados de todo o Brasil acaba por sintetizar tais divergências. Se a Frente tinha a finalidade de aglutinar forças rumo à uma revolução de cunho democrático, a quem competia sua liderança? A burguesia ou aos comunistas, ou aos operários? Como defender a liderança da burguesia, por mais que fossem os progressistas, ante a avaliação das atitudes desta classe no passado? Por outro lado, como radicalizar em um momento em que o governo tinha aprovação majoritária da população, em que pesem os problemas vivenciados pelos trabalhadores formais e informais?

Assim as divergências entre os dirigentes comunistas se sobrepuseram à unidade do partido e tornaram inviável a sua manutenção.

As propostas contidas no Programa, no fim do V Congresso do PCB, que consistiram na mudança do nome e na supressão de termos como "comunismo" para designar os objetivos políticos da organização, se tornaram a gota d'água. João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, entre outros, na qualidade de dirigentes do Partido, manifestaram seu absoluto descontentamento rompendo-se, a partir daí, definitivamente a coesão do Comitê Central, que integravam, e do qual participavam também Luis Carlos Prestes, Jacob Gorender e vários outros.

Decorreu deste momento que, nos anos de 1960, o país viu emergir duas organizações comunistas que passaram a disputar espaço na política brasileira.

Espero que esta pesquisa possa contribuir para um melhor entendimento sobre as razões do surgimento do PC do B, trazendo um novo olhar para a história da política no Brasil, que via de regra, tratou de maneira superficial este momento marcante para as esquerdas no país.

Documentos:

Acervo:

Cedem - Centro de Documentação e Memória Unesp / Centro de São Paulo

Periódico:

Jornal Novos Rumos. *Teses para discussão*(Suplemento especial publicado na semana de 15 a 21 de abril de 1960)

Artigos dos dirigentes comunistas publicados na *sessão* do *Jornal Novos Rumos*, *Tribuna de Debates,* a partir de abril até julho de 1960.

- *Duas concepções, duas orientações políticas – Maurício Grabois*

- *Crítica ou falsificação - Jacob Gorender*
- *Análise Marxista ou Apologia do Capitalismo - Pedro Pomar*
- *Autocrítica Formal e uma Disfarçada Defesa da Linha Sectária de Dogmática - Nicolau Abrantes*
- *As Bases Falsas de uma Linha Falsa - Mário Alves*
- *A oposição esquerdista e a contradição principal - Jacob Gorender*
- *Uma linha confusa e de direita - João Amazonas*
- *Sobre as Teses para discussão* - Carlos Danielli

Fundação Maurício Grabois:

Documentos publicados na obra *Em defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro. Documentos do PC do Brasil(1960-2000) ,* São Paulo, ed. Anita Garibaldi, 2000 :

Declaração de Março de 1958. Resolução Política de 1958 do PCB.
Carta dos Cem, 1961. (Documento escrito por militantes e dirigentes entre os quais João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e publicado no jornal *A Classe Operária, em abril de 1962)*
Manifesto Programa. Documento aprovado na Conferência Extraordinária do PC do B, em fevereiro de 1962.

Bibliografia

ASTROJILDO, Pereira. *Formação do PCB*. Lisboa, Prelo 1976.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva *Intervencionismo Estatal e ideologia desenvolvimentista- estudo sobre o CODEPAR* São Paulo Símbolo, 1978.

BANDEIRA, Moniz.*Estado Nacional e Política Internacional na América Latina – O Continente nas relações Argentina—Brasil(1930-1992)* São Paulo Editora Ensaio, 1995.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960* 4 ed. São Paulo Editora Alfa Omega, 1981

_____. *História Sincera da República de 1961 a 1967* 3 ed. São Paulo Editora Alfa Omega, 1983.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek-1956-1961- o desenvolvimento econômico e estabilidade política.* Rio de janeiro: Paz e Terra , 1979(Estudos Brasileiros 8).

BRANDÃO, Otávio. *Agrarismo e Industrialismo*, Buenos Aires, 1925.

CAPELATO, Maria Helena&PRADO, Maria Ligia, *O Bravo Matutino-Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S.Paulo,* São Paulo, Editora Alfa Omega.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil. São Paulo,* Difel, 1979.

COELHO, Marco Antonio Tavares. *Heranças de um sonho memórias de um comunista.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina,* São Paulo Contexto, 2001.

DEBERT, Guita em *Ideologia e Populismo,* S.P. Editora, 1979.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta/ tempos de JK e Schmidt*/ Rocco, 2000.

FASSY, Amauri. *JK, o maior estadista do século XX*/ Thesaurus/ 2000.

FAUSTO, Boris . *Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920.* São Paulo, Difel, 1986.

FILHO,Michel Zaidan . *Comunistas em Céu Aberto 1922-1930.* Belo Horizonte Oficina de Livros, 1989

FLORES, Afonso do Rego. *JK, análise para o desenvolvimento brasileiro*. Adorf , 2000.

FONSECA, Celso Silva. *Estado e Política no Governo JK: considerações sobre a aliança e a atuação do PSD-PTB na política desenvolvimentista de 1956-1961/s.n., 1980.*

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

HELIODORO, Affonso. *JK, exemplo e desafio.* Thesaurus, 1991.

JOHNSTONE, Monty. *Lênin e a Revolução*, In HOBSBAWM, Eric, *História do Marxismo.* vol. 5, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 pp. 113-141.

JOHNSTONE, Monty. *Um Instrumento de Novo Tipo: o Partido Leninista de Vanguarda*, In HOBSBAWM, Eric, *História do Marxismo.* vol. 6 , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 13-43.

KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967* São Paulo, Editora Alfa-Omega , 1982.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. FGV Ed. 2002.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky. Trad. Henrique Canary.* São Paulo: Instituto José Luis, 2005.

MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAREK, Franz. A desagregação do stalinismo In HOBSBAWM, Eric , *História do Marxismo*. vol. 10 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 pp 307-321.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich*. Manifesto do Partido Comunista*. Org e introd. Marcos Aurélio Nogueira. Trad. Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Bragança Paulista SP: Universitária São Francisco , 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Isabel. *Corações Vermelhos: Comunistas Brasileiros no séc* XX. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil/ 1 ed. Marília SP: UNESP: Boitempo, 1999.

MOREIRA, Marcílio Marques*. Diplomacia, política e finanças/ de JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas*/ Objetiva, 2001.

PINHEIRO, Luis Adolfo. *JK, Jânio e Jango/ três jotas que abalaram o Brasil.* Letrativa,/2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil documentos 1889 a 1930.* São Paulo, Alfa Omega 1979.

POMAR, Vladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Debates, 1980.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicato.* São Paulo Boitempo, 2001.

SILVEIRA, João Paulo da Bandeira. *Stalinismo e Política Nacional: o PCB 1945-1958* São Paulo s.n. 1982 – dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP sob a orientação de Otavio Ianni.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: *De Getúlio a Castelo* Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck, *A História da Imprensa no Brasil.* 4 ed.[atualizada], Rio de Janeiro: Mauad.1998.

TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento público/ de Getúlio a JK,1930-196*0. Edições IPLANCE, 1997.

XIFRA, Heras Jorge, *A Informação - A Análise de uma Liberdade Frustrada.* Rio de Janeiro, Editora: Lux Ltda, 1975.

BIELCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964).* Rio de Janeiro. Contraponto. 1996.

NEVES, L.A; Delgado, *Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania.* REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo 1995

CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*, ed. UnB, 2002.

CARONE, Edgar. *Corpo e alma do Brasil: A Republica Liberal: II Evolução Política (1945-1964)*. Ed FCA. 1985, 257p.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo